



**COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

EMPRESA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

**RELATÓRIO DE
GESTÃO DO
EXERCÍCIO DE 2012**

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMPRESA VINCULADA AO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012 APRESENTADO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO COMO PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL A QUE ESTA UNIDADE ESTÁ OBRIGADA NOS TERMOS DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ELABORADO DE ACORDO COM AS DISPOSIÇÕES DA IN TCU Nº 63/2010, DA DN TCU Nº 119/2012 E 121/2012, DA PORTARIA TCU Nº 150/2012 E DAS ORIENTAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

SUMÁRIO

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº119, DE 18/1/2012	9
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	9
1.1.1. <i>Relatório de Gestão Individual</i>	9
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	10
1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL	12
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	15
1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO	16
1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS.....	16
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº119, DE 18/1/2012	16
2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	16
2.1.1. <i>Programa de Investimento</i>	17
2.1.2. <i>Equacionamento Econômico, Financeiro</i>	17
2.1.3. <i>Buscar Soluções para os Problemas Ambientais em todas as Unidades Armazenadoras</i>	20
2.1.4. <i>Regularização de Pendências de Imóveis</i>	20
2.1.5. <i>Tecnologia e Processos</i>	20
2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	21
2.3. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES	23
2.4. INDICADORES	24
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012	24
3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	24
3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	25
3.3. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES	27
3.3.1. <i>Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração E Fiscal</i>	27
3.3.1. <i>Demonstrativo da Remuneração Mensal dos Membros de Conselhos</i>	29
3.3.2. <i>Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros da Diretoria e de Conselhos</i>	30
3.4. SISTEMA DE CORREIÇÃO	31
3.5. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	31
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012	31
4.1. INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	31
4.2. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	32
5. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012	33
5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	33
5.1.1. <i>Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada</i>	33
5.1.2. <i>Qualificação da Força de Trabalho</i>	35
5.1.3. <i>Demonstração dos Custos de Pessoal da UJ</i>	37
5.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	38
5.2.1. <i>Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva</i>	38
5.2.2. <i>Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos da UJ</i>	39
5.2.3. <i>Composição do Quadro de Estagiários</i>	40
6. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012	40

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

6.1.	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	40
7.	PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012	42
7.1.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	42
7.2.	ANÁLISE CRÍTICA	44
8.	PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012	44
8.1.	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	44
8.2.	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	45
9.	PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012	46
9.1.	DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	46
9.1.1.	<i>Deliberações do TCU Atendidas no Exercício</i>	<i>46</i>
9.1.2.	<i>Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Final do Exercício.....</i>	<i>47</i>
9.1.3.	<i>Recomendações do OCI Atendidas no Exercício.....</i>	<i>48</i>
9.1.4.	<i>Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento no Final do Exercício</i>	<i>49</i>
9.2.	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	50
9.3.	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI 8.730/93	52
9.3.1.	<i>Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93</i>	<i>52</i>
9.4.	MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NOSIASG E SICONV	52
9.4.1.	<i>Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG E SICONV.....</i>	<i>52</i>
10.	PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012	53
10.1.	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA LEI 6404/1976.....	53
10.2.	COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS	54
10.2.1.	<i>Composição Acionária do Capital Social com Investida.....</i>	<i>54</i>
10.3.	PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE.....	54
11.	PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012	55
11.1.	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ	55

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

Quadro I – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual.....	9
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	26
Quadro A.3.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal	29
Quadro A.3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores.....	30
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12	33
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	35
Quadro A.6.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.....	35
Quadro A.6.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12.....	35
Quadro A.6.6 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores.....	37
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva PELA UJ..	38
Quadro A.6.18 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	39
Quadro A.6.19 - Composição do Quadro de Estagiários	40
Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada	42
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	44
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	46
Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	46
Quadro A.10.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	47
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	48
Quadro A.10.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	49
Quadro A.10.5 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	52
Quadro A.11.3 - Composição Acionária do Capital Social.....	54

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo a que esta Unidade está obrigada, foi elaborado em conformidade com as disposições da Portaria TCU nº 150 /2012, da DN TCU nº 119/2012, de 18 de janeiro de 2012 e das orientações do órgão de controle interno.

Neste Relatório foram atendidos todos os itens da Parte A, do Anexo II, da decisão normativa do TCU nº 119, exceto aqueles que não se aplicam à UJ conforme relacionados no item 1.1, e, no desenvolvimento, foram utilizados os quadros propostos visando a padronização com as demais UJ's.

O presente relatório detalha o desenvolvimento das ações estratégicas, os resultados alcançados, assim como os fatores diversos que contribuíram para o não atingimento pleno das metas estabelecidas. Foram disponibilizadas, ainda, as Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo as notas explicativas, a composição acionária do capital social, o parecer dos Auditores Independentes e outras julgadas relevantes.

Ressalta-se o apoio e orientações recebidas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e o estreito relacionamento mantido com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, através de seu Departamento das Empresas Estatais - DEST.

RELAÇÃO DOS ITENS DO ANEXO II, DESTA DECISÃO NORMATIVA QUE NÃO SE APLICAM À UNIDADE JURISDICIONADA:

PARTE A

ITEM 3 do Anexo II da DN Nº 119, de 18/01/2012

3.3.4. – Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores.

Justificativa: O quadro A.3.4. Não se aplica à UJ, tendo em vista não haver distribuição de valores a membros de colegiados a título de bônus e de participação no resultado da UJ.

ITEM 5 do Anexo II da DN TCU nº 119 de 18/01/2012;

5.1. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

5.2. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Justificativa: A UJ não recebeu recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

5.3. TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS

Justificativa: A UJ não realizou transferências financeiras mediante as formas relacionadas.

5.4. SUPRIMENTO DE FUNDOS

Justificativa: A UJ é economia mista da administração indireta e não realiza despesas por meio da utilização suprimimento de fundos.

5.5. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

Justificativa: A UJ não é responsável pela gestão de receitas tributárias.

5.6. GESTÃO DE PRECATÓRIOS

Justificativa: A UJ não é vinculada ao Poder Judiciário Federal.

ITEM 6 do Anexo II da DN TCU nº 119 de 18/01/2012;

6.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Justificativa: A UJ não detém, entre as suas unidades administrativas, a unidade responsável pela gestão do cadastro de servidores inativos e pensionistas.

6.1.5. Acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

6.1.6. Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos

6.1.7. Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

Justificativa: As contratações feitas pela UJ durante o exercício de 2012 foram para os cargos de recrutamento amplo previstos no Plano de Cargos e Salários e não foi verificada nenhuma acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedados pelo art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal.

6.2. – Terceirização de Mão de Obra Empregada pela UJ

6.2.1. – Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

6.2.2. – Informações sobre a Substituição de Terceirizados em decorrência da realização do concurso público

Justificativa: a UJ não possui servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicas de categorias funcionais do plano de cargos da unidade.

6.2.3. – Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados.

Justificativa: em 2012 não houve autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de tais servidores.

ITEM 7 do Anexo II da DN TCU nº 119 de 18/01/2012;

7.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

7.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.

7.2.2. Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros.

Justificativa: a UJ não tem gestão sobre patrimônio classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

7.2.3. Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

Justificativa: A UJ não tem sob sua responsabilidade a administração de imóveis e nem utiliza o Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.

ITEM 11, do Anexo II da DN TCU nº 119, de 18/01/2012;

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

11.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

Justificativa: A UJ é uma sociedade por ações, e as NBCT 16.9 e 16.10 são aplicadas ao setor público.

11.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Justificativa: Os registros contábeis da UJ não são feitos no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

11.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS PREVISTAS NA LEI 4.320/1964

Justificativa: As Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas elaboradas pela UJ são as exigidas pela Lei 6404/1976.

Item 11.5.2– Composição Acionária da UJ como investidora.

Justificativa: A UJ não possui investimentos permanentes em outras entidades.

Parte B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

Justificativa: Não tem nenhum conteúdo específico nos itens 1 a 47 que aplica a UJ.

**PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012- CONTEÚDO GERAL DO
RELATÓRIO DE GESTÃO**

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº119, DE 18/1/2012

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1.1. Relatório de Gestão Individual

QUADRO I – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais			
Denominação abreviada: CASEMG			
Código SIORG: 47839	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: Não se aplica
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Sociedade de economia mista			
Principal Atividade: Serviços de armazenagem de mercadorias em geral, por conta de terceiros.			Código CNAE: 5211-7/99
Telefones/Fax de contato:	(31)3272-2833	(31)3272-2835	(31)3272-2943 - fax
Endereço Eletrônico: presidencia@casemg.com.br			
Página na Internet: http://www.casemg.com.br			
Endereço Postal: Rua dos Timbiras, 1.754 – 14º e 15º andares – Bairro Lourdes – CEP: 30.140.061 – Belo Horizonte/Minas Gerais			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada: criada pela Lei Estadual nº 1.643, de 6 de setembro de 1.957 - (DOU de 06/09/1957), a CASEMG foi federalizada como ente da Administração Pública Indireta da União mediante autorização contida na Lei Estadual nº 12.422 - (DOU de 27/12/1996), de 27 de dezembro de 1996 e Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 - (DOU de 12/09/1997), vinculada ao Ministério da Agricultura através do Decreto 6.129 de 20/06/2007 - (DOU 21/06/2007).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada: Em funcionamento, a Companhia foi incluída no Programa Nacional de Desestatização - PND por força do Decreto nº 3.654, de 07 de novembro de 2000. As instruções normativas são documentos internos que estabelecem as diretrizes para o funcionamento organizacional e a metodologia a ser operada à prestação de serviços nas “Unidades de Armazenagem e Negócios – UAN’s” e à administração das áreas na sede administrativa da Companhia. O Estatuto Social e o Regimento Interno também são documentos relacionados à gestão e à estrutura da Companhia.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada:			
Manual de Serviços - Rotinas Técnico-Operacionais, implantado a partir de 13/12/2002 conforme Resolução nº 005/2002. Assunto: documento de uso interno que enfoca as operações próprias do armazenamento de grãos, particularizando-as em nível de detalhe tal que possa, a qualquer momento, ser utilizado como guia prático por quem necessite.			

Quadro I - Referência: Quadro A.1.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual –

1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG é uma sociedade por ações, constituída mediante autorização contida na Lei nº 1.643, de 6 de setembro de 1957, com autorização de armazenar e ensilar produtos do agronegócio, bem como para exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, executando os serviços conexos e praticando os atos pertinentes a essas finalidades e, bem assim, a de operar como Armazéns Gerais.

A Companhia é regida pela legislação pertinente e pelo Estatuto Social, e tem sede, domicílio e foro no município de Belo Horizonte/Minas Gerais.

Mediante autorização contida na Lei Estadual nº. 12.422, de 27 de dezembro de 1996 e na Lei Federal nº. 9.496, de 11 de setembro de 1997, foi federalizada como ente da Administração Pública Indireta da União e, posteriormente, através do Decreto nº 3.654, de 07 de novembro de 2000, incluída no Programa Nacional de Desestatização – PND.

O Planejamento estratégico da Companhia, cuja elaboração foi finalizada em 2005, orientado por empresa de consultoria, teve como objetivo a definição da missão e visão de futuro da CASEMG, e do Mapa Estratégico para novos desafios no sentido de torná-la mais competitiva, a partir de um conjunto abrangente de objetivos que direcionariam para o comportamento e o desempenho institucional. O mapa estratégico foi estruturado com quatro (04) opções estratégicas:

- i. Equacionamento Econômico, Financeiro e Patrimonial;
- ii. Modernização de Gestão
- iii. Otimização da Capacidade Instalada
- iv. Ampliação das Bases de Negócios

Os propósitos deste mapa foram para definir e comunicar a todos os níveis gerenciais e funcionais de modo claro e transparente, o foco e a estratégia de atuação escolhidos pela Companhia, assim como a forma pela qual as ações teriam impacto ao alcance dos resultados desejados, subsidiando a alocação de esforços e evitando a dispersão de ações e recursos.

Infelizmente o Mapa Estratégico não criou um referencial em todos os níveis gerenciais e de compreensão a todos os funcionários devido às alterações ocorridas na mudança de gestões, e o próprio concurso público realizado em 2006, quando todos os funcionários admitidos após 1988 foram demitidos. Ao longo dos anos, os objetivos e ações estratégicas definidos no Mapa Estratégico se perderam e não foram acompanhados ou seguidos. A Companhia deu andamento aos processos de forma isolada e sem propósito nos resultados finais.

Em março/abril de 2012, foi empossada nova Diretoria Executiva, a convite do MAPA, com a tarefa de produzir um diagnóstico, identificar problemas de gestão na empresa e buscar o saneamento econômico-financeiro e operacional, para promover a recuperação da Companhia. Seus gestores encontraram a Companhia com redução significativa de estoques de grãos armazenados; os imóveis e equipamentos das Unidades de Armazenagem e Negócios sem as manutenções necessárias de forma a proceder com segurança o recebimento da safra de grãos e ainda atrair novos clientes, cujas consequências foram os atrasos de pagamentos a fornecedores e obrigados a fazer parcelamento de dívidas de encargos previdenciários e não previdenciários, além de fornecedores.

À época, a CASEMG apresentava déficit orçamentário e um cenário administrativo-financeiro desfavorável com tendência a se repetir e agravar ao longo do exercício.

Dentre as possíveis razões que levaram a Companhia a esta situação, pode-se listar:

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

A não conclusão do processo de federalização e a falta do repasse, hoje na ordem de R\$ 22 milhões, do passivo trabalhista devido pelo Governo de Minas Gerais.

- Inadimplência;
- Dificuldades de gestões anteriores, que, por falta de apoio, de recursos, ou outros motivos, não conseguiram resultados satisfatórios;
- Evasão e desmotivação de funcionários – Quadro funcional da CASEMG caiu de 230 para 138;
- Perdas drásticas de sustentabilidade operacional e de negócios, por falta de política comercial e de manutenção;
- Defasagem em armazenamento em diversas UANs e fuga de clientes;
- Seguidos prejuízos anuais, contábeis e patrimoniais;
- Inúmeras dívidas trabalhistas;
- UANs apresentam reduções significativas de receitas, levando à depreciação acentuada do patrimônio líquido e depreciações patrimoniais.

Essa situação obrigou a atual Diretoria a promover ações emergenciais internas e externas, visando evitar perdas e garantir a sustentabilidade operacional e de negócios da Companhia, com o objetivo de se recuperar a CASEMG, buscando, assim, evitar a sua total insolvência. Para atingir esses objetivos a Diretoria Executiva decidiu fazer um minucioso levantamento:

- Da real situação patrimonial de todas as unidades;
- Do ativo e do passivo da CASEMG;
- Da capacidade de armazenagem estática, versus produção;
- Da real necessidade de estocagem do setor agrícola mineiro.

Devido à descontinuidade do Planejamento Estratégico elaborado anteriormente, a nova Gestão inicialmente contratou a Fundação Renato Azeredo (FRA), consultoria de Gestão Estratégica reconhecida por sua expertise, com a finalidade de alinhamento da gestão e para elaborar novo Plano de Gestão Estratégica e, ainda, com o objetivo específico de propor o Projeto Estratégico de Revitalização e Recuperação da CASEMG.

Lamentavelmente, a Fundação Renato Azeredo não concluiu o seu trabalho devido a delicada situação financeira enfrentada pela CASEMG, que obrigou a consequente interrupção do contrato. Entretanto, a FRA, apesar do curto período trabalhado, apresentou todas as informações coletadas, todos os levantamentos gerados, que serviram para a elaboração do escopo da implementação do Projeto Estratégico, ainda por concluir, mas que inicialmente contribuiu para a tomada de diversas ações para o exercício de 2012.

A Diretoria Executiva imediatamente desenvolveu medidas saneadoras no intuito de se buscar a recuperação da saúde financeira como tática de sobrevivência, fazendo estudo das despesas, analisando e identificando as mais relevantes com o estabelecimento de metas de redução; na área operacional e comercial foi feito levantamento de resultados obtidos e estoques dos últimos exercícios de todas as unidades armazenadoras a fim de identificar os pontos fortes e fracos, no intuito de subsidiar a definição de estratégias.

Os gastos com passivo judicial desde a federalização da Companhia impactaram significativamente o caixa financeiro nos últimos exercícios, e, como medida, foi constituído o Grupo de Trabalho através da Portaria nº 042/2012, para proceder ao levantamento dos valores despendidos após a federalização, de responsabilidade do Governo do Estado de Minas Gerais, bem como demais encargos correlatos que eventualmente foram suportados pela CASEMG e que são passíveis de ressarcimento. Dessa forma, foi elaborado o Plano de Trabalho para 2012, cujas ações estão relacionadas no item 3.

1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A Companhia está operacionalmente organizada por Unidades de Armazenagem e Negócios – UAN's em 20 municípios, localizados nas principais regiões produtoras de Minas Gerais: Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Noroeste Mineiro e Sul de Minas. Conforme o Regimento Interno da Companhia.

Uma das dificuldades inicialmente encontradas pela atual Diretoria foi relacionada ao próprio organograma funcional, cujas atribuições da área operacional e comercial são diretamente subordinadas ao Diretor-Presidente e Técnico Operacional, sobrecarregando-o nas funções de Diretor-Presidente.

Dessa forma, foi criado o Comitê de Gestão Operacional – CGO – através de Resolução 01 de 04/05/2012, cujos membros do Comitê foram designados através da Portaria nº 039/12. O Comitê foi criado com a competência de subsidiar o Diretor-Presidente Técnico Operacional no que tange aos estudos técnicos que orientam as tomadas de decisões que visem à implantação de ações destinadas a aprimorar a gestão da área operacional e desenvolvimento de diversas atribuições, principalmente a de coordenar a avaliação de desempenho global das atividades desenvolvidas pelas Unidades de Armazenagem e Negócios. O CGO ainda não foi incluído no Organograma e Regimento Interno da Companhia.

A estrutura organizacional é constituída:

Os Órgãos de Gestão Empresarial são os seguintes:

- Assembleia Geral;
- Conselho Fiscal;
- Conselho de Administração;
- Diretoria Executiva.

Os Órgãos integrantes da Diretoria Executiva são os seguintes:

- Presidência Técnico Operacional;
- Diretoria Administrativa: DIRAD;
- Diretoria Financeira: DIFIN.

Os Órgãos de Assessoramento subordinados à Presidência são os seguintes:

- Auditoria Interna: AUDIN;
- Assessoria de Planejamento: ASPLA;
- Assessoria Jurídica: ASJUR.

Os Órgãos de Gestão Administrativa:

- Administrativo;
- Recursos Humanos.

Os Órgãos de Gestão Financeira:

- Financeiro;
- Contabilidade.

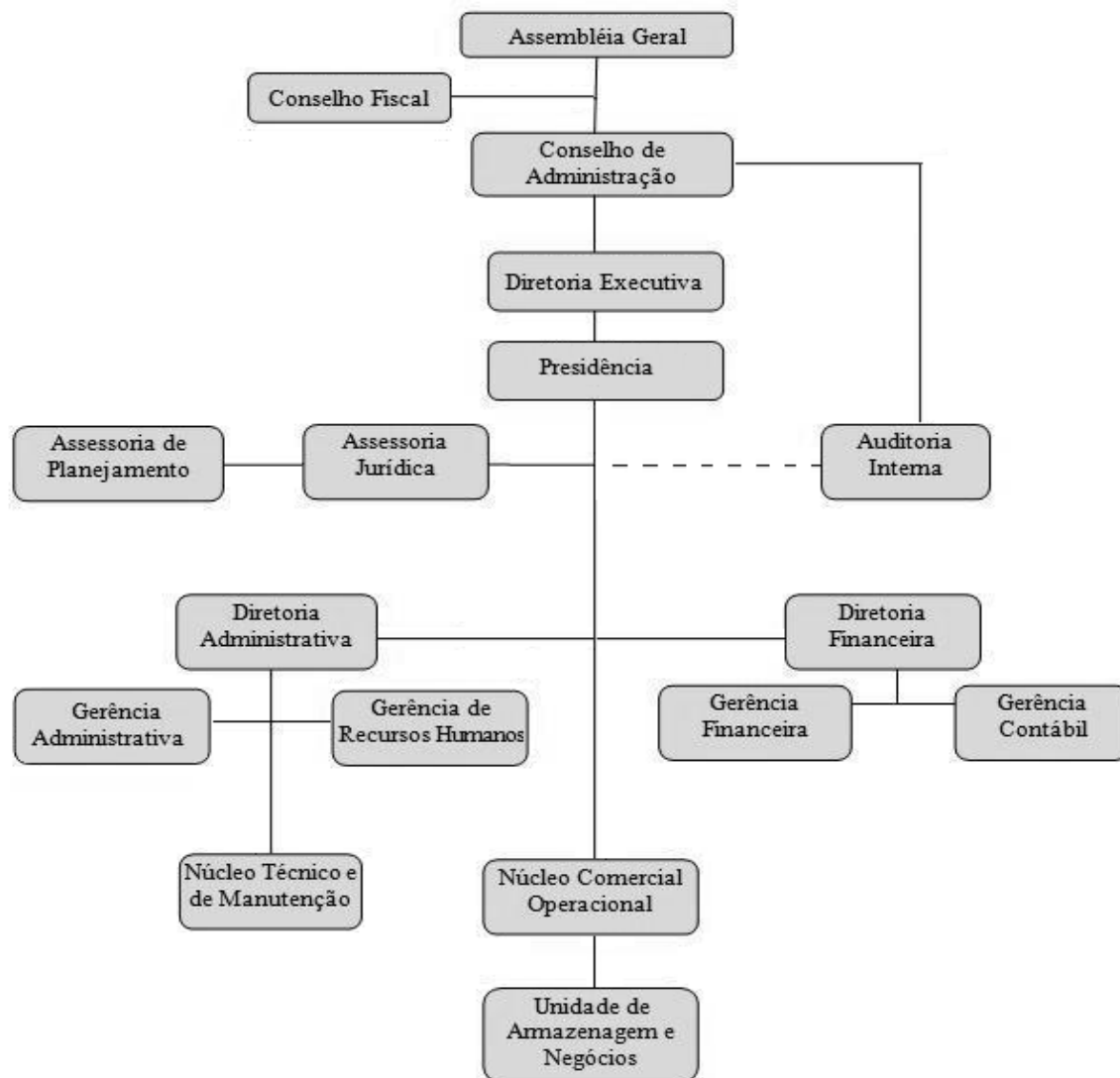
Os Órgãos subordinados à Presidência, à Diretoria-Administrativa e à Diretoria-Financeira são os seguintes:

- Gerência Administrativa: GERAD;
- Gerência de Recursos Humanos: GEREH;
- Gerência Financeira: GEFIN;
- Gerência de Contabilidade: GECON;

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

Núcleo Técnico e de Manutenção: NUTEM;
Núcleo Comercial Operacional: NUCOP;
Unidades de Armazenagem e Negócios - UAN'S.

A estrutura organizacional é representada graficamente da seguinte forma:



Descrição sucinta das competências e atribuições de responsabilidade de cada área:

- a) AUDIN - realizar auditoria de avaliação e acompanhamento da gestão, sob os aspectos orçamentário, financeiro, contábil, operacional, legal/trabalhista e de sistemas, objetivando uma maior eficiência, eficácia, economicidade, equidade e efetividade nas ações desenvolvidas pela CASEMG, consoante o “Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna”; coordenar as diligências e o atendimento das solicitações dos Órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno e Externo da União;
- b) ASJUR - representar a Companhia, mediante procuração ou delegação do Diretor-Presidente e Técnico-Operacional, nas ações judiciais e administrativas trabalhistas; proceder à elaboração, juntamente com as áreas envolvidas, e à chancela de procurações, escrituras, contratos, distrato, convênios, ajustes e acordos em que a Companhia, seja parte ou interveniente, assim como de suas alterações ou aditamentos; analisar e emitir pareceres em processos licitatórios de aquisição de bens patrimoniais e contratação de serviços; propor

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

medidas preventivas visando minimizar a ocorrência de reclamações trabalhistas em todas as áreas da Companhia.

c) ASPLA - assessorar a Diretoria Executiva da CASEMG na discussão, definição, difusão, implementação e no aperfeiçoamento das definições institucionais (missão, clientes, objetivo estratégico, desafio estratégico) e das políticas organizacionais; assessorar a Diretoria Executiva e demais unidades da Companhia na criação, no aperfeiçoamento e na prática de um modelo de gestão voltado para resultados; assessorar a Diretoria Executiva e todas as unidades da Companhia na criação, no aperfeiçoamento e na prática de processos de planejamento estratégico e operacional, coerentes com o modelo de gestão adotado; assessorar a Diretoria Executiva e demais unidades da Companhia na elaboração, no desenvolvimento, na implantação, no acompanhamento e na avaliação de políticas, planos, programas e projetos; elaborar o Orçamento Anual, os Relatórios de Administração e Gestão da Companhia, em conformidade com as diretrizes da Diretoria Executiva, promovendo o acompanhamento do Programa de Dispendios Globais.

d) GERAD - controlar os serviços de manutenção e conservação do imóvel locado da Sede Administrativa; administrar e controlar, no âmbito geral da Companhia, as atividades de apoio nas áreas de documentação, arquivo inativo, correspondência, malote, sedex, energia da Sede Administrativa, telefonia e serviços gerais; acompanhar e participar da elaboração de Processos Licitatórios, em consonância direta com a Comissão Permanente de Licitação de serviços diversos, obras, compras, alienações, concessões, permissões e locações, em conformidade com a Lei 8.666/93, controlar fisicamente os bens patrimoniais da Companhia, registrando aquisições, baixas, transferências, alienações, locações, desapropriações, desativações; promover estudos sobre novas tecnologias de informação e automação, visando à modernização dos procedimentos operacionais;

e) GEREH - coordenar e orientar, no âmbito geral da Companhia, as ações que estejam relacionadas com as atribuições de Recursos Humanos; coordenar a Avaliação de Desempenho do período de experiência de empregados concursados; subsidiar e acompanhar todas as propostas de redimensionamento do quadro de pessoal; efetuar atividades de rotina como admissões, demissões, ficha financeira, declaração de rendimentos pagos, cálculo da folha de pagamento, encargos sociais, rescisões contratuais, férias, controle de frequência, horas-extras, informações anuais da DIRF e RAIS, fazendo controle dos documentos e guias emitidas referentes a esses dados.

f) GEFIN - gerenciar o “Contas a Receber”, controlando faturamento, cobrança, contratos de concessão de direito real de uso, créditos, antecipações, alienações e descontos financeiros; gerenciar o “Contas a Pagar”, nas compras à vista ou a prazo, no pagamento de pessoal e encargos sociais, duplicatas e títulos, contratos de prestação de serviços, parcelamentos de dívidas, amortização de empréstimos, aquisição de ativos imobilizados, e outros; gerenciar as disponibilidades financeiras da Companhia, mediante elaboração e acompanhamento do fluxo de caixa; efetuar negociações junto aos clientes e fornecedores, para parcelamento de valores a receber ou a pagar, interagindo com a Assessoria Jurídica e outras áreas envolvidas.

g) GECON - coordenar e orientar as ações das Unidades de Armazenagem e Negócios, que visem à execução contábil, ou que envolvam aspectos fiscais e tributários; efetuar a escrituração da contabilidade patrimonial, de custo e geral, de acordo com a doutrina contábil e legislação vigente; elaborar as demonstrações financeiras previstas na Lei das Sociedades Anônimas; elaborar e/ou atualizar o Plano de Contas da Companhia; efetuar o registro e a escrituração dos livros fiscais e legais sob sua responsabilidade; controlar a composição acionária da Companhia e o controle das cautelas de ações; manter atualizados os documentos fiscais da CASEMG, previstos em lei, comunicando ao setor competente seu vencimento, com antecedência; apurar os

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

valores dos tributos, taxas e demais contribuições; promover o registro, acompanhamento e arquivamento dos documentos pertinentes, na Junta Comercial do Estado; orientar as Unidades de Armazenagem e Negócios quanto à operacionalização da legislação tributária referente a produtos armazenados.

h) NUTEM - executar os serviços e a manutenção preventiva e corretiva nas Unidades de Armazenagem e Negócios, em consonância com os programas e metas estabelecidas pelas diretorias Administrativa e Financeira, e, de acordo com plano de manutenção para o exercício, promover registros técnicos de obras, quando necessário, no CREA habite-se e as devidas averbações em cartório; elaborar o inventário anual do almoxarifado; acompanhar e monitorar o consumo de energia elétrica na empresa, efetivando estudos, instruções e medidas que impliquem na redução dos gastos, mediante acompanhamento de Supervisão Técnica; acompanhar e monitorar o consumo de lenha e óleos combustíveis para secadores, efetivando estudos, instruções e medidas que impliquem na redução dos gastos;

i) NUCOP - controlar a movimentação e o estoque de produtos nas Unidades de Armazenagem e Negócios, consolidando os quantitativos para efeito de análises e projeções; participar da elaboração da política anual de comercialização da Companhia, da avaliação do desempenho global das atividades desenvolvidas pelas Unidades de Armazenagem e Negócios, em consonância com a Diretoria; e acompanhar a emissão, substituição e devolução dos Certificados de Depósitos Agropecuários - CDA e títulos de Warrant Agropecuário - WA, representativos das mercadorias depositadas; participar da elaboração do Regulamento Interno sobre Prestação de Serviços da Companhia, de acordo com a metodologia estabelecida pela Diretoria Executiva; supervisionar os serviços da UAN de forma a evitar as ocorrências de irregularidades nos diversos procedimentos administrativos e acompanhar a correção das ocorrências de irregularidades levantadas pela AUDIN dentro do prazo estabelecido.

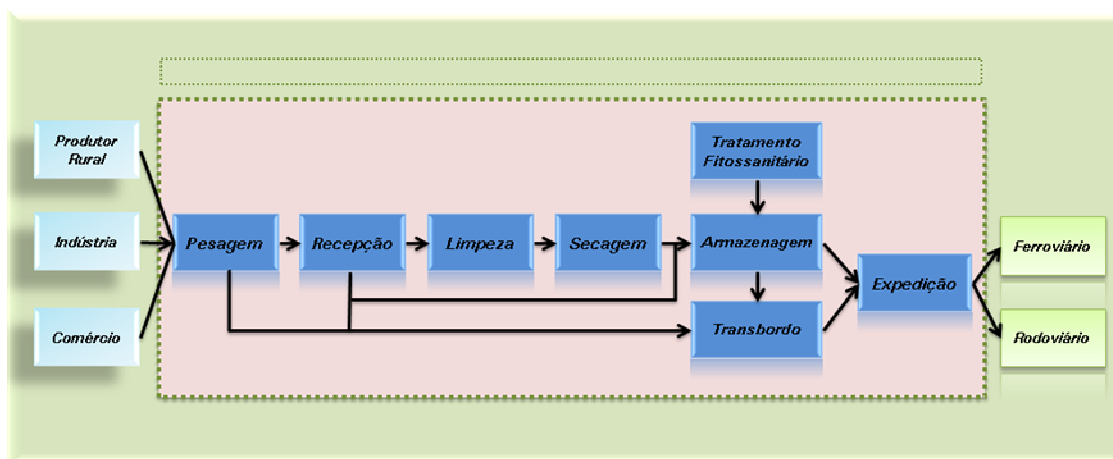
j) UAN'S - executar todas as atividades de sua competência em consonância direta com a Diretoria e NUCOP, cumprindo as instruções normativas emanadas dos demais setores da Companhia; executar, em consonância com o NUCOP, atividades de extensão junto ao público alvo da CASEMG, como produtores rurais, cooperativas, empresas públicas e privadas, demonstrando a capacidade operacional do complexo armazenador e a confiabilidade da Companhia; buscar novas opções na entressafra, visando ao aproveitamento dos espaços disponíveis. Acompanhar a política de preços e tarifas vigente na região da Unidade, buscando alternativas que se adaptem ao mercado, visando à otimização operacional e comercial; promover, juntamente com o Supervisor Técnico, a operacionalidade da UAN, em função da estrutura de recepção e estocagem; administrar a recepção e expedição física e qualitativa dos produtos; acompanhar a qualidade dos produtos estocados.

1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

I. Macroprocesso de Prestação de Serviços: Envolve os serviços de armazenagem e transbordo de produtos de terceiros.

Público alvo: Produtores Rurais e Setores Privados, Cooperativas.

Produtos e Serviços: A prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, classificação, expedição).



1.5. MACROPROCESSOS DE APOIO

I. Macroprocesso de Gestão Comercial e Operacional:

PRESIDÊNCIA → CGO → NUCOP → NUTEM → UNIDADES;

Envolve as atividades de análise das propostas comerciais visando à elaboração do contrato com tarifação especial cuja ação é coordenada pelo Comitê de Gestão Operacional- CGO.

A Unidade armazenadora em conjunto com o Núcleo Comercial e Operacional- NUCOP elabora a proposta comercial e solicita parecer do supervisor técnico, remetendo o processo ao CGO para análise e autorização da Diretoria.

O controle operacional é de responsabilidade do NUCOP e os supervisores técnicos que são diretamente ligados ao CGO, controlam os estoques qualitativos e quantitativos por meio de cubagem.

A manutenção de imóveis, móveis, equipamentos compete ao Núcleo Técnico de Manutenção - NUTEM.

1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS

Os principais parceiros internos são: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento- MAPA; Departamento das Empresas Estatais - DEST; e os externos: Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB; Companhia Armazenadora do Estado de São Paulo - CEAGESP; Associação Brasileira das Armazenadoras Oficiais - ABCAO; e alguns clientes potenciais: ADM do Brasil Ltda; Louis Dreyfus Commodites; ABC INCO ind. e Comércio S/A.

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº119, DE 18/1/2012

2.1. PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

A CASEMG elaborou o Plano de Trabalho para o exercício de 2012, definindo como prioridades os seguintes objetivos estratégicos:

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

2.1.1. Programa de Investimento

O Programa de Investimentos foi aprovado pela Lei Orçamentária LOA nº 12.795 de 02/04/2013 que alterou a lei nº 12.708 de 17/08/2012, do Programa de Dispêndios Globais – PDG. A programação dos investimentos do ativo imobilizado foi de R\$1.532.897,00, sendo este valor reprogramado conforme aprovado pelo Decreto nº 7.883 de 28/12/2012 no valor de R\$461.248,00. O total realizado foi de R\$309.457, sendo o percentual de realização de 67,09, conforme quadro apresentado no item 4.1 deste relatório.

2.1.2. Equacionamento Econômico, Financeiro.

a) Otimização da capacidade instalada e Elevação da Receita Operacional

No exercício, a receita operacional alcançou R\$15.937.074, equivalente a 82,98% da receita inicialmente programada no Programa de Dispêndios Globais - PDG e de 92,58% do valor reprogramado conforme discriminado:

Receita Operacional:

Programada: R\$19.205.116

Reprogramada: R\$17.213.580

Realizada: R\$15.937.074

Em relação ao exercício anterior a receita operacional reduziu 19,06%, de R\$19.690.286 em 2011, para R\$15.937.074 em 2012. Em 2011, estavam armazenados os produtos da CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento e que foram expedidos ainda em 2011.

Os contratos de Concessão de Direito Real de Uso - CDRU firmados no exercício anterior estão sendo revisados pela Assessoria jurídica e em estudo novos modelos de contratos de concessão.

Os contratos de tarifação especial também foram revisados com consequente melhoria de resultado econômico, financeiro e operacional, para o próximo exercício.

b) Reduzir o endividamento e equacionar o passivo trabalhista

Em 2012, o endividamento total da CASEMG sofreu alteração em relação ao do exercício anterior, com redução de 1,5%, de R\$8.479.085 em 2011 para R\$ 8.350.226, em 2012, embora, apesar da diminuição significativa das ações judiciais, outros dispêndios aumentaram principalmente os parcelamentos com fornecedor e encargos previdenciários e não previdenciários.

Relativamente às ações judiciais e dos acordos firmados houve redução de 49,33%, de R\$4.124.179 para R\$2.089.428, sendo que o passivo trabalhista diminuiu 44,69%, de R\$1.731.757 em 2011 para R\$957.819 em 2012. As duas (02) ações decorrentes do descumprimento do Dissídio Coletivo do Trabalho de 1991, existentes em 31/12/2011 no valor de R\$618.704 tiveram seus processos suspensos em razão da superveniência de acordos homologados judicialmente com os Reclamantes, para pagamento parcelado dos respectivos créditos trabalhistas, sendo o saldo remanescente em 31/12/2012 de R\$ 364.692.

As ações trabalhistas não decorrentes do descumprimento do Dissídio Coletivo de 1991 eram em 17 (dezesete), ao final do exercício de 2011. Dessas, no exercício de 2012, foram liquidadas 10 (dez), através de liquidação de sentença ou utilização de valores bloqueados pela justiça e de depósitos recursais, sendo que as 07 (sete) remanescentes foram somadas mais 08 novas reclamações trabalhistas propostas em desfavor da Companhia no ano de 2012, totalizando 15 ações trabalhistas. O valor total de exposição, dessas 15 (quinze) reclamações trabalhistas é estimado em R\$157.430 isto é, aquelas, cuja probabilidade de êxito é provável a favor dos Reclamantes.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

Os acordos trabalhistas tem saldo remanescente de R\$800.388 relativos a ações trabalhistas de dissídio e não dissídio, sendo parte do valor, saldo remanescente de acordo judicial firmado ainda em 2011 cujo saldo contábil parcelado era de R\$2.299.700.

As ações cíveis propostas contra a Companhia, que eram em número de 14 (catorze) ao final do exercício de 2011, apontando um valor de exposição de R\$488.555, tiveram um acréscimo significativo, passando a serem contabilizadas 27 (vinte e sete) ações cíveis, ao final do exercício de 2012, totalizando um valor de exposição de R\$1.127.669.

AÇÕES JUDICIAIS – CASEMG RÉ

ANO	2011		2012	
	Nº	VALOR (R\$)	Nº	VALOR (R\$)
Ações Trabalhistas Dissídio -1991	02	618.704	-	-
Ações Trabalhistas Não Dissídio - 1991	17	713.740	15	157.430
Ações Cíveis- CASEMG Ré	14	488.555	27	1.127.669
Pensões Judiciais		3.481		3.941
Acordos Trabalhistas	02	2.299.699	05	800.389
Total em andamento	35	4.124.179	47	2.089.429

c) Racionalizações de Custos e Despesas

Após estudo das despesas correntes foram identificadas as mais relevantes e estabelecidas às metas para aquelas passíveis de redução, cujos processos foram administrados da seguinte forma:

i. Redução do gasto de viagem:

Em relação a 2011 houve redução do dispêndio de 32,78%, com maior controle na aquisição de passagens aéreas e planejamento de viagens.

ii. Projeto de telefonia fixa e móvel

Os gastos com telefonia foram reduzidos, em relação a 2011, em 14,93%. Está em andamento processo licitatório para contratação de consultoria para elaboração de projeto visando à redução dos custos de telefone. Inicialmente foram adquiridos telefones móveis para a Diretoria, gerências, assessorias, UAN's , visando a redução dos gastos do telefone fixo.

iii. Impressão de cópias:

Visando a redução dos gastos com papel e cópias, foram locadas copiadoras com centralização em cada andar das instalações da Companhia, e implantado controle de quantidade impressa por cada usuário. Em relação ao exercício de 2011, conseguiu-se gerar uma redução de 11%, o equivalente a 22.226 cópias e conseqüentemente de papel A4.

iv. Energia elétrica

Nos últimos exercícios com o acompanhamento e controle feito pelo nosso Núcleo Técnico de Manutenção - NUTEM, o dispêndio de energia sofreu reduções, mesmo com os reajustes de tarifas. Em 2012, a redução em relação ao exercício de 2011 foi o equivalente a 13,61%, devido às manutenções efetuadas nas subestações de energia para adequação às exigências das Centrais Elétricas de Minas Gerais – CEMIG – e a instalação de painéis controladores de fator de potência,

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

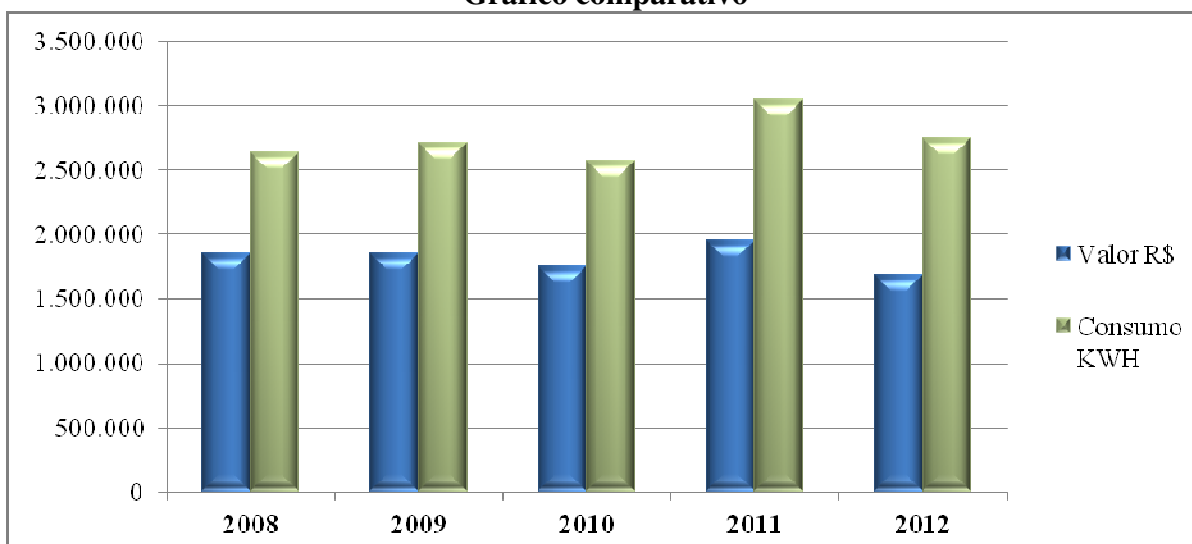
cujo acompanhamento mensal de cada unidade armazenadora é feito pelo NUTEM. O referido Núcleo acompanha o consumo de energia das Unidades Armazenadoras através de Programa de Redução de energia com medições e enquadramento de sazonalidade, de acordo com o consumo de cada unidade, providenciando as alterações do contrato de demanda em função da redução junto à CEMIG. A alteração é feita de “demanda registrada”, para “demanda controlada”.

Lógico que se houvessem os investimentos necessários para adequação das instalações elétricas, o custo e consumo se reduziriam ainda mais. A tabela e gráfico comparativo, abaixo, demonstram que apesar dos reajustes de tarifas, foi possível redução significativa do custo com acompanhamento e programas técnicos.

Tabela de valores relativos anuais em R\$ e consumo em KW

Ano	Valor R\$	Consumo KWH
2008	1.851.252	2.633.581
2009	1.853.368	2.707.380
2010	1.750.222	2.571.046
2011	1.950.163	3.044.468
2012	1.684.551	2.751.710

Gráfico comparativo



Para o exercício seguinte, a Companhia, através do Núcleo Técnico, continuará com o acompanhamento e realização de ações de controle e incentivo aos usuários, realizando o enquadramento na sazonalidade, cuja redução poderá variar de 20 a 40% no período de 12 meses.

v. Estudo de potencialidade das Unidades Armazenadoras.

A Diretoria Executiva juntamente com o Comitê Gestor Operacional – CGO , e do Núcleo Comercial e Operacional – NUCOP , a partir das visitas realizadas e de entrevistas realizadas com os Gestores das Unidades Armazenadoras, além do levantamento dos resultados contábeis e financeiros dessas unidades, decidiu-se pelo encerramento de atividades de armazenagem de algumas unidades deficitárias, cujos imóveis deverão ser alienados ou terão como destinação a Concessão de Direito Real de uso.

No levantamento de potencialidade de cada UAN foram verificadas as oportunidades e ameaças, que subsidiaram na definição de estratégias para obter taxas de ocupação crescentes e elevar o volume de produtos a serem armazenados e transbordados.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

2.1.3. Buscar Soluções para os Problemas Ambientais em todas as Unidades Armazenadoras

A CASEMG, buscando a otimização de sua rede armazenadora, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receitas, e visando tornar-se mais competitiva, tem investido na manutenção das certificações dos armazéns, para atender às exigências legais e às demandas dos clientes.

Em 2012, foram renovadas as certificações *Utz Kapeh e Rainforest Alliance* (aplicáveis à cadeia de custódia do café) para as unidades em Monte Carmelo e Patrocínio. Pelo quarto ano consecutivo, foi renovada a certificação GMP – *Good Manufacturing Practices* da PDV (aplicável a grãos e farelo de soja para exportação) para a unidade em Uberlândia (milho, soja e farelo de soja). Já a Unidade de Araguari, também detentora do certificado GMP B2 – *Good Manufacturing Practices* da PDV (aplicável a grãos e farelo de soja para exportação) encontra-se no terceiro ano de certificação para caso de Transbordo.

A certificação é obrigatória para os armazéns que prestam serviços remunerados de produtos de terceiros, conforme Lei nº 9.973/2000. De acordo com regulamentação (Instrução Normativa 29/2011 e 41/2011) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, a implantação da certificação dar-se-á de forma escalonada, em seis etapas (15% da capacidade estática das unidades armazenadoras nas cinco primeiras etapas e 25% na última), no período compreendido entre 2012 a 2017.

A CASEMG obteve certificações para as unidades de Araguari, Patrocínio e Uberlândia, perfazendo 26,15% da sua capacidade estática armazenadora. Assim, a Companhia vem cumprindo a meta estabelecida por aquele Ministério para as certificações de seus armazéns.

Investimentos voltados para adequações ambientais têm sido priorizados conforme se mostrem necessários, por força de ações cíveis instauradas pelo Ministério Público ou por Secretarias Municipais de Meio Ambiente.

O projeto de despoeiramento e a reforma dos silos 1 e 2 da Unidade armazenadora de Uberlândia são prioridades para a execução, cujos processos objeto de licitação foram iniciados e serão finalizados o em 2013.

2.1.4. Regularização de Pendências de Imóveis

Foi constituída comissão de inventário através da Portaria nº 043/12 para executar trabalhos de levantamento do estado físico-contábil dos bens imóveis da Companhia, a documentação de registro e titularidade dos imóveis, incluindo as pendências relacionadas no Relatório CGU nº 208210 do exercício de 2007.

Devida a falta de veículos e ainda indisponibilidade de caixa para a realização de viagens, a Comissão não concluiu os trabalhos de inventário físico dos imóveis, bem como a regularização de pendências de documentação, estando em fase de execução.

No exercício de 2013 foi reiniciada a execução dos trabalhos de inventário, com roteiro de viagem anteriormente proposto pela Comissão.

2.1.5. Tecnologia e Processos

- a) Revisão do fluxo operacional e de supervisão técnica nas Unidades Armazenadoras

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

O Comitê de Gestão Operacional – CGO –, juntamente com o Núcleo Comercial e Operacional – NUCOP – revisaram os processos e fluxos operacionais e de supervisão técnica, a fim de verificar os possíveis riscos e fragilidades de controle.

- b) Processo de integração do módulo de faturamento do sistema gerencial da TOTVS e SGU- Sistema Gerencial das Unidades.

A fim de reduzir o retrabalho verificado no processamento e lançamento de notas fiscais de faturamento na gerência financeira na sede administrativa, foi iniciado processo de integração do módulo de faturamento do Sistema Gerencial da TOTYS instalado na Sede Administrativa e o Sistema Gerencial das Unidades, visando a agilidade na apuração dos dados contábeis e financeiros, bem como o processo de cobrança das Notas Fiscais de serviço, com atraso de pagamento.

- c) Atualização e/ou alterações das instruções normativas da Companhia

Foram designadas comissões através das portarias nºs 037 e 038/12 a fim de atualizar o manual de instruções normativas administrativas e operacionais, principalmente aquelas que ordenam despesas, sendo revisadas várias instruções. O processo de consolidação dos normativos internos será finalizado no exercício de 2013.

A instrução normativa do Processo Administrativo Disciplinar – PAD foi revogada através de Resolução e foi elaborada nova instrução com adequações à legislação;

- d) Reformulação do site da CASEMG e revisão do sistema de controle interno da área de tecnologia da informação.

Em função do Decreto nº 7724/2012 que dispõe sobre o acesso à informação, foi implantado na CASEMG o SIC – Serviço de Informação ao Cidadão – e para a divulgação de informações de transparência ativa, aquelas de interesse público que deverão ser divulgadas pró-ativamente, foi necessário a atualização das informações no site da CASEMG com a definição dos setores responsáveis pela atualização dos dados através de Instrução Normativa – ING-12 “Serviço de Informação ao Cidadão e Site”.

2.2. ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Alguns dos objetivos e prioridades estabelecidos no plano de trabalho da Companhia para 2012, não foram totalmente realizados ao longo do exercício de referência, devido aos fatores abaixo relacionados:

- a) Programa de Investimentos

Devido à falta de recursos financeiros, foi necessária a redução do valor programado no Orçamento de Investimentos – OI, e que ainda não atingiu o valor da reprogramação devido aos motivos abaixo:

Manutenção e Adequação de Imóveis – a diferença verificada entre os valores Reprogramados e Realizados nesta ação deve-se ao processo de aquisição do elevador do silo 01 da unidade de Uberlândia, parcelado em dez (10) meses, com saldo remanescente de duas (02) parcelas devido ao atraso na montagem do elevador pelo fornecedor contratado.

Manutenção e Adequação de Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – no exercício, houve o planejamento para aquisição de caladores manuais para diversas unidades armazenadoras conforme Edital de Pregão eletrônico nº 004/12, mas o processo licitatório foi fracassado; e também

determinadores de unidade que, devida a indisponibilidade de recursos financeiros, a sua aquisição foi adiada para o exercício de 2013.

Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Teleprocessamento – a mesma situação ocorreu com essa ação, onde a falta de disponibilidade financeira comprometeu a aquisição de novos equipamentos de informática, conforme programação inicial.

A falta de investimentos no ativo imobilizado agravou a situação econômica da Companhia devida à dificuldade para recepção segura dos produtos a serem armazenados e fechamento de contratos com clientes potenciais.

Como fator agravante também se observa que as armazenadoras concorrentes modernizaram-se com a adoção de tecnologias mais avançadas obtendo ganhos de agilidade na recepção e disponibilização das mercadorias armazenadas, afetando diretamente a recepção de produtos na CASEMG.

b) Equacionamento Econômico e Financeiro

O desempenho da Companhia não alcançou resultado positivo cuja expectativa de aumento da receita operacional foi fracassada com redução de 19,06% em relação o exercício anterior, o equivalente a R\$3.753.212, impedindo à realização de investimentos para aquisição de bens móveis e imóveis e adequação do ativo imobilizado, bem como as manutenções necessárias nos equipamentos para recebimento de produtos da safra seguinte, sem riscos para a Cia.

Um fato relevante que resultou na redução da receita operacional em relação ao exercício anterior foi devido a CASEMG não ter prestado serviços à Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB –, cujo faturamento no ano anterior foi o equivalente a R\$2.609.092.

Também a redução de 5,77% dos serviços de transbordo de produtos nas Unidades Armazenadoras de Araguari e Uberlândia impactou a receita de prestação de serviços.

Em compensação ocorreu a diminuição do endividamento das ações judiciais, principalmente as trabalhistas, embora necessária para o cumprimento de sentença e acordos judiciais, apesar do aumento de dívida previdenciária e não previdenciária.

A Companhia passou por dificuldades durante o exercício, devido à insuficiência de recursos financeiros, mas conseguiu reduzir alguns dispêndios correntes a fim de suprir a redução significativa da receita operacional.

c) Solução para os problemas ambientais

A prioridade da UJ é o projeto de despoeiramento da unidade de Uberlândia cujo processo licitatório foi finalizado somente em 2013, que devida às dificuldades de caixa ficou impossibilitada a sua conclusão em 2012.

Regularização das pendências de imóveis

Conforme descrito no item 2.3.2. a comissão responsável pelo inventário e regularização dos imóveis, apresentou novo roteiro de viagens e cronograma de execução para concluir os trabalhos de regularização dos imóveis.

- Tecnologia e Processos

O fluxo de documentos e informações entre as unidades organizacionais na UJ é moroso; não há sistemas informatizados *online*, que permita a movimentação eletrônica e o acesso remoto à informação, notadamente por restrição orçamentária e falta de investimentos. O principal risco é a falta de agilidade das demandas organizacionais.

Um dos fatores que dificultaram a conclusão do projeto de integração do módulo de faturamento do LOGIX x SGU foi devido a falta de mão de obra técnica, principalmente de tecnologia da informação. O módulo foi desenvolvido pelas empresas fornecedoras de serviços e softwares, mas não houve por parte da Companhia pessoal técnico para execução, ocorrendo atraso na finalização do processo.

A elaboração e alteração das instruções normativas, principalmente as operacionais também não foram finalizadas em função da falta de disponibilidade de pessoal técnico para análise e implementação de novos fluxos e procedimentos. Mesmo assim já foram revisadas várias instruções e o processo de regularização continua em andamento.

Como estratégia de envolvimento do Corpo Funcional nas ações estratégicas, seus objetivos e possíveis ações de recuperação, a Diretoria reuniu todos os funcionários na UAN de Uberlândia, em março de 2012, e, posteriormente, a cada mês, com os funcionários da sede administrativa, convocando a todos centrarem esforços para que o plano de trabalho da UJ seja realizado com menor custo e maior eficiência, para que os resultados sejam alcançados conforme previsto no planejamento das ações estratégicas.

2.3. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

Apesar da UJ não ter executado em sua totalidade o Plano de Trabalho proposto para o exercício de 2012, foi feito o diagnóstico das necessidades para recuperação da competitividade, saúde financeira e consequente sustentabilidade. A atual diretoria, com a colaboração de toda a empresa, especialmente do seu corpo técnico, elaborou e apresentou ao Governo Federal um projeto de recuperação definitiva da empresa denominado CASEMG-2060. O projeto propõe a definitiva recuperação da Companhia para os próximos 50 anos. O CASEMG-2060 é um Projeto de saneamento, revitalização e modernização da Instituição, que envolveria os seguintes projetos e as seguintes etapas:

- **Revitalização da CASEMG:** Investir na modernização e manutenção das UANs, evitando-se o sucateamento e a ocupação indevida; Investir em tecnologia de armazenamento; Investir em nova política comercial.
Recursos para execução: do acerto de contas entre os governos Federal e mineiro.
- **Aumento da Rentabilidade dos Ativos:** Redefinição das UANs através de Logística de escoamento; Posição geográfica favorável e Compra antecipada da produção.
- **Concessões, Aliações, Manutenções e Novas Unidades:** Ainda é iminente a falta de recursos financeiros, mas para o próximo exercício a venda de imóveis desativados é um dos objetivos e prioridades, cujos processos de alienação estão sendo elaborados por comissão designada através de portaria.
- **Eficiência Energética:** Macroações voltadas para adequações da tarifação, das subestações e sistema de iluminação; controle do consumo; substituições de motores de baixo rendimento; uso de resíduos para queima, em substituição ao óleo e à lenha.
- **Otimização de Custos e Despesas:** Macroetapas de execuções previstas; Revisão do Planejamento e definição de metas orçamentárias; Redução das despesas mais relevantes da CASEMG, definindo indicadores de desempenho e metas de redução.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

- **Eficiência Comercial:** Melhoria dos subprocessos de comercialização: Definição da localização estratégica; Proposição de valor para o cliente: estabelecendo preços, prazos de pagamentos e adequação à realidade do cliente com a possibilidade de liquidação do débito com mercadoria.
- **Gestão & Gente:** Criar nova estrutura orgânica e funcional na Sede e nas Unidades; com pessoal capacitado a auxiliar a Diretoria na gestão administrativa e operacional da empresa; Reestruturar o Plano de Cargos e Salários (PCS), para estancar a evasão e estabelecer o equilíbrio interno e estabelecer novo concurso público.

Os impactos sobre as ações encetadas nas UANs ainda não podem ser apurados os resultados, em função da precária saúde financeira da Companhia, mas que o corpo funcional da CASEMG vem trabalhando dentro de suas limitações, mas com grande empenho para implantar projetos que possibilitarão recuperar a empresa, a exemplo dos projetos de Eficiência Energética e Comercial. Em relação ao último item, a equipe técnica e a Diretoria trabalham para devolver às gerências das UANs a capacidade de comercialização junto aos clientes potenciais.

A Gestão da CASEMG vem mantendo discussões com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA –, no sentido de ver sua proposta de atuação aprovada e obter apoio com o investimento em recursos necessários à manutenção das operações da Companhia e a implementação do Planejamento Estratégico.

2.4. INDICADORES

A Companhia está desenvolvendo estudos com a finalidade de implantar indicadores de desempenho de gestão nos seus diversos setores operacionais e administrativos, implantação prevista para o primeiro semestre de 2013.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A governança corporativa é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, observando-se as disposições do Estatuto Social e as diretrizes fixadas pelo citado Conselho, com a supervisão do Conselho Fiscal. A CASEMG está vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e sua estrutura orgânica de controle são:

- a) Conselho de Administração;
- b) Conselho Fiscal
- b) Auditoria Interna

O Conselho de Administração é composto pelo Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, que o preside, pelo membro nato, Presidente da CASEMG e demais membros indicados pelos Ministérios.

Suas competências, entre outras, consistem em:

Fixar a orientação geral dos negócios e prioridades da Companhia, observando as disposições previstas no Estatuto Social; fiscalizar a gestão de Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre os contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; aprovar o Regimento Interno que disciplinará a organização administrativa da Companhia; aprovar e alterar as propostas anuais de orçamento, programa, de

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

programação financeira e do orçamento plurianual, elaborados pela Diretoria; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; deliberar sobre a emissão de ações ou bônus de subscrição; autorizar a alienação de bens do ativo permanente; convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei, ou ainda, quando julgar conveniente; eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto no art.14 do Estatuto Social; aprovar, na forma de legislação, a nomeação, designação, exoneração, ou dispensa do titular da unidade da auditoria interna da Companhia.

O Conselho Fiscal é composto de cinco (05) membros efetivos e respectivos suplentes, sendo um representante do Tesouro Nacional, do MAPA e demais indicados pelos Ministérios com reuniões mensais, e sua competência é:

Fiscalizar os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários; opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral; opinar sobre as propostas dos órgãos da administração a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, bônus de subscrição, planos de investimento ou orçamentos de capital, distribuição de dividendos; analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; examinar as demonstrações financeiras do exercício social e sobre elas opinar;

A Auditoria Interna, AUDIN, está diretamente subordinada ao Conselho de Administração e administrativamente vinculada à Presidência com as atribuições relacionadas no artigo 12 do Regimento Interno.

A Auditoria Independente é contratada anualmente somente para auditar as Demonstrações Contábeis do exercício por recomendação do Conselho Fiscal.

3.2. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

A auditoria interna juntamente com a Diretoria Executiva preencheu o quadro A.3.1, cuja metodologia utilizada foi o resultado dos questionamentos e atendimentos dos Relatórios de Auditoria Interna durante o exercício.

A Companhia tem buscado a eficiência dos controles internos com a revisão dos normativos administrativos, financeiros e operacionais. Durante o exercício de 2012 a diretoria executiva procurou rever os procedimentos relativos ao fluxo interno de informações e documentações a fim de verificar a suficiência dos controles e grau de segurança.

Na área administrativa, foram revistos os fluxos das aquisições de produtos e serviços; dos processos licitatórios; das publicações de editais e outros.

Na área operacional, foram revistos os procedimentos de supervisão técnica, cubagem de produtos e controle de estoques. Foram detectadas fragilidades de controle e a Diretoria juntamente com o Comitê de Gestão Operacional está revendo os procedimentos a fim de evitar as falhas ocorridas na expedição de produtos.

Também foram abertos os seguintes Processos de Sindicância:

a) Através da Portaria nº 085/12 da Presidência da CASEMG foi nomeada Comissão com o objetivo de apurar a responsabilidade dos atos e fatos constantes do Relatório elaborado pelo Comitê de Gestão Operacional - CGO - relativo ao levantamento de estoque físico na Unidade Armazenadora de Paracatu, encaminhado através da Comunicação Interna- CI nº 057/2012.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

b) Através da Portaria nº 053/12, foi nomeada Comissão de Sindicância Investigativa composta por funcionários da Companhia Nacional de Abastecimento e Secretaria da Agricultura tendo em vista o Despacho do Senhor Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nº 70000.000497/2011-93 e Apensos, visando a apuração dos atos e fatos objeto do processo citado, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso da investigação.

QUADRO A.3.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica:					
A gestão de controle da UJ ainda deverá ser aprimorada e os gestores tem consciência das fragilidades e riscos, embora tenha ocorrido avanço significativo no último exercício com a identificação e avaliação de riscos. Várias providências foram tomadas pelos gestores, entre elas a criação do Comitê de Gestão Operacional – CGO –, que auxiliou no levantamento de todas as fragilidades de controle da área operacional para o melhoramento de políticas e ações de natureza preventiva, para mitigar os riscos e melhorar o seu controle. Na instauração do processo de sindicância para apuração de responsabilidades em unidades armazenadoras foi possível identificar a necessidade de alterações e elaboração de novas normas e diretrizes para melhoria dos controles internos. Outra providência solicitada e que está para ser adotada, visando o melhoramento da estrutura funcional do Departamento de Auditoria Interna, será cessão de profissional de outro Órgão, provavelmente da Controladoria Geral da União.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES

3.3.1. Política de Remuneração dos Membros da Diretoria Estatutária e dos Conselhos de Administração E Fiscal

A remuneração paga aos membros da Diretoria estatutária, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é fixada em Assembleia Geral da unidade jurisdicionada através de um montante global, conforme previsto no artigo 152 da Lei 6.404/76 e no Estatuto Social da Companhia.

Em 2012, o reajuste da remuneração dos dirigentes foi de 5,49% (cinco vírgula quarenta e nove por cento), relativos ao período de abril/2012 a março/2013.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

Constituem-se, como elementos da remuneração dos dirigentes, os seguintes itens: honorário, gratificação natalina, adicional de férias, abono pecuniário de férias, auxílio alimentação, auxílio moradia, plano de saúde e seguro de vida em grupo.

Em 2012, a remuneração dos conselhos fiscal e administrativo foi fixada em 10% (dez por cento) da média da remuneração dos administradores. À remuneração mensal dos membros dos conselhos de administração e fiscal é acrescido o valor de 1/12 avos desta remuneração, referente ao pagamento da gratificação natalina. Do valor global fixado na Assembleia para o período não houve extrapolação.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

3.3.1. Demonstrativo da Remuneração Mensal dos Membros de Conselhos

QUADRO A.3.2 - REMUNERAÇÃO DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCAL

Conselho de Administração															
Nome do Conselheiro (a)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Caio Tibério Dornelles da Rocha (T)	-	31/5/12	941	941	941	990	990	-	-	-	-	-	-	-	4.802
Denise Deckers do Amaral (T)	01/02/12	-	-	941	941	990	990	990	990	990	990	990	990	990	10.791
Glycon Terra Pinto Júnior (T)	-	13/3/12	941	941	941	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.822
João Batista da Silva Fagundes (T)	-	31/1/12	941	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	941
José Magalhães de Souza (T)	-	-	941	941	941	990	990	990	990	990	990	990	990	990	11.731
Márcio Luiz da Silva Cunha (T)	14/03/12	-	-	-	941	990	990	990	990	990	990	990	990	990	9.850
Maria Auxiliadora Domingues de Souza (T)	-	-	941	941	941	990	990	990	990	990	990	990	990	990	11.731
Pedro Araújo Cardoso (T)	-	30/4/12	941	941	941	990	-	-	-	-	-	-	-	-	3.812
Ronise Pereira Lopes (T)	01/05/12	-	-	-	-	-	990	990	990	990	990	990	990	990	7.919
Wilson Vaz de Araujo (T)	01/08/12	-	-	-	-	-	-	-	-	990	990	990	990	990	4.950
Conselho Fiscal															
Nome do Conselheiro (a) (T/S)	Período de Exercício		Remuneração												
	Início	Fim	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Total
Cláudio Cava Corrêa (T)	-	-	941	941	941	990	990	990	990	990	990	990	990	990	11.731
Cleide Edwirges Santos Laia (T)	-	-	941	941	941	990	990	990	990	990	990	990	990	990	11.731
Ho Yiu Cheng (T)	-	30/4/12	941	941	941	990	-	-	-	-	-	-	-	-	3.812
José Eduardo Pimentel de Godoy Júnior (T)	01/05/12	30/9/12	-	-	-	-	990	990	990	990	990	-	-	-	4.950
Rodrigo Duarte Dourado (T)	01/10/12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	990	990	990	2.970
Manoel Vitorino de Souza Neto(T)	-	-	941	941	941	990	990	990	990	990	990	990	990	990	11.731
Ricardo Cardoso Alves Meireles (T)	-	-	941	941	941	990	990	990	990	990	990	990	990	990	11.731

3.3.2. Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros da Diretoria e de Conselhos

QUADRO A.3.3 – SÍNTESE DA REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão			
Órgão: Diretoria Estatutária			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2012	2011	2010
Número de membros:	3	3	2
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	407.950	334.778	271.321
<i>a) salário ou pró-labore</i>	290.020	266.740	220.112
<i>b) gratificação natalina</i>	20.662	22.690	18.113
<i>c) adicional de Férias/Abono Pecuniário</i>	2.451	17.630	7.582
<i>d) auxílio alimentação</i>	13.540	13.368	11.434
<i>e) auxílio moradia</i>	70.156	2.400	3.600
<i>f) assistência médica</i>	11.121	11.950	10.480
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-	-
<i>e) bônus</i>			
<i>f) participação nos resultados</i>			
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>			
<i>h) comissões</i>			
<i>i) outros</i>			
III – Total da Remuneração (I + II)	407.950	334.778	271.321
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Órgão: Conselho de Administração			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2012	2011	2010
Número de membros:	6	6	6
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	69.348	60.224	58.191
<i>a) salário ou pró-labore</i>	69.348	60.224	58.191
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>			
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>			
<i>d) outros</i>			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-	-
<i>e) bônus</i>			
<i>f) participação nos resultados</i>			
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>			
<i>h) comissões</i>			
<i>i) outros</i>			
III – Total da Remuneração (I + II)	69.348	60.224	58.191
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Órgão: Conselho Fiscal			
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO		
	2012	2011	2010

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

Número de membros:	5	5	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	58.656	53.376	49.301
<i>a) salário ou pró-labore</i>	58.656	53.376	49.301
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>			
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>			
<i>d) outros</i>			
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	-	-	-
<i>e) bônus</i>			
<i>f) participação nos resultados</i>			
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>			
<i>h) comissões</i>			
<i>i) outros</i>			
III – Total da Remuneração (I + II)	58.656	53.376	49.301
IV – Benefícios pós-emprego			
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			
VI – Remuneração baseada em ações			

Fonte: Gerência de Recursos Humanos

3.4. SISTEMA DE CORREIÇÃO

Até o exercício de 2012 a UJ não acessou o Sistema CGU-PAD. Conforme discriminado no item 3.2 deste Relatório, os processos de sindicância abertos em 2012 só foram finalizados em 2013.

A Companhia encaminhou através do Ofício nº 023/2013/PRESI reportando ao Ofício Circular nº 56/2013/CRG/CGU-PR, relação contendo os procedimentos disciplinares instaurados, na qual se encontram discriminados o número e o tipo de procedimento, o fato sob apuração, o nº do processo relacionado, o nome e o cargo dos envolvidos, a data do conhecimento dos fatos, a data da instauração, a autoridade instauradora, o local da ocorrência do fato irregular, bem como a situação atual dos procedimentos.

A instrução normativa da Companhia com os procedimentos e diretrizes para utilização do sistema CGU-PAD será elaborada em 2013.

3.5. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

A CASEMG está adotando as providências necessárias quanto aos procedimentos de utilização do Sistema CGU-PAD, e solicitou orientações através do ofício nº 023/2013/PRESI quanto à obtenção de acesso ao respectivo Sistema e ao seu ambiente de treinamento, bem como os procedimentos de habilitação de empregado da Companhia, nos perfis de usuário cadastrador e usuário consulta, e já indicou o nome de empregado para fins de permissão de acesso ao Sistema CGU-PAD e ao seu ambiente de treinamento, na condição de Coordenador do Sistema, que terá precipuamente como responsabilidade o acompanhamento, o lançamento e a manutenção dos atos no CPU-PAD, no âmbito desta Companhia.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

4.1. INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

A lei 12.593 de 18/01/2012 institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015 em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 165 da Constituição Federal. O PPA da UJ foi proposto com as seguintes ações:

Órgão: 22209- CASEMG

Programa: 0807 – Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio.

Ação: 4102- Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.

Financeiro (R\$)	2012	2013	2014	2015	Total
Despesas de Capital-Orçamento de Investimento	538.897	563.147	588.488	614.971	2.305.503

Ação: 4103 - Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento.

Financeiro (R\$)	2012	2013	2014	2015	Total
Despesas de Capital-Orçamento de Investimento	84.000	87.780	91.730	95.857	359.367

Ação: 4105 - Manutenção e Adequação da Infraestrutura Operacional

Financeiro (R\$)	2012	2013	2014	2015	Total
Despesas de Capital-Orçamento de Investimento	910.000	950.949	993.742	1.038.461	3.893.152

No exercício de 2012 foi realizado o valor de R\$309.457, que devido à falta de recursos financeiros, foi necessária a redução do valor programado no Orçamento de Investimentos – OI, conforme demonstrado abaixo:

DESCRIÇÃO	PROGRAMADO	REPROGRAMADO	REALIZADO	(%)
Manutenção e Adequação de Imóveis.	910.000	370.600	297.120	80,17%
Manutenção e Adequação de Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos.	538.897	73.634	10.323	14,02%
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática e Teleprocessamento	84.000	17.014	2.014	11,84%
TOTAL	1.532.897,00	461.248,00	309.457,00	67,09%

4.2. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

A UJ não recebeu crédito direto e nem por transferência da LOA para execução de Programa de Governo. A UJ, órgão da Administração Pública Indireta, sociedade de economia mista, não é usuária do SIAFI e seus objetivos e prioridades estão definidos no Programa de Dispêndios Globais – PDG, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e são executados com recursos provenientes de sua principal atividade, qual seja, prestação de serviços de armazenagem de mercadorias em geral, por conta de terceiros.

O Decreto nº 7.628 de 30 de novembro de 2011 aprovou o Programa de Dispêndios Globais – PDG para o exercício de 2012, alterado pelo decreto nº 7.883 de 28 de dezembro de 2012, cujos valores alterados na reprogramação e os realizados estão discriminados abaixo:

DESCRIÇÃO	REPROGRAMADO	REALIZADO	REALIZADO / REPROGRAMADO
Pessoal e Encargos	7.187.684	6.951.253	96,71%
Materiais e Produtos	1.632.399	1.582.122	96,92%
Serviços de Terceiros	5.149.086	4.977.394	96,67%
Utilidades e Serviços	2.044.287	1.979.838	96,85%
Trib. e Enc. Parafiscais	2.130.637	1.998.745	93,81%
Encargos Financeiros	430.874	205.821	47,77%
Outros dispêndios correntes	1.118.160	1.929.729	172,58%
TOTAL	20.154.375	19.624.903	99,65%

Analisando o quadro dos dispêndios correntes verificam-se valores reprogramados próximos aos realizados, equivalente a 99,65% no total, à exceção das rubricas “Encargos Financeiros”, cujo percentual de realização foi de apenas 47,77% em função da estimativa à maior de juros; e “Outros Dispêndios Correntes” cuja variação foi de 172,58% em razão do aumento da provisão para demandas trabalhistas para R\$521.261 e das ações cíveis incluídas na rubrica “Demais dispêndios correntes” para R\$645.675, conforme estimativa da Assessoria jurídica da Companhia; e das multas devidas nos pagamentos em atraso de tributos, encargos sociais e fornecedores, cujo valor reprogramado foi inferior.

5. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

5.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

5.1.1. Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO A.6.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	212	140	0	8
1.1. Membros de poder e agentes políticos				

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	212	140	0	8
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	212	140	0	8
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)	212	140	0	8

Fonte: Gerência de Recursos Humanos

5.1.1.1. Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	0
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	3
4.1. Doença em Pessoa da Família	
4.2. Capacitação	
4.3. Mandato Classista – cessão de funcionários a sindicato – Const. Federal.	3
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	1
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2. Serviço Militar	
5.3. Atividade Política	
5.4. Interesses Particulares	
5.5. Mandato Classista	1
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	4

Fonte: Gerência de Recursos Humanos

5.1.2. Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO A.6.3 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	8	7	4	6
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	8	7	4	6
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4. Sem Vínculo	8	7	4	6
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	26	17	0	0
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	26	17	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	34	24	4	6

Fonte: Gerência de Recursos Humanos

5.1.2.1. Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ segundo a Idade

QUADRO A.6.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	18	25	21	33	27
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	18	25	21	33	27
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de Cargo em Comissão	3	9	3	5	2
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	2	2	0	2	
2.3. Funções Gratificadas	1	7	3	3	2
3. Totais (1+2)	21	34	24	38	29

Fonte: Gerência de Recursos Humanos

5.1.2.2. Qualificação do Quadro de Pessoal da UJ segundo a Escolaridade

QUADRO A.6.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade
---------------------	---

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	10	6	10	57	31	8	0	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira		10	6	10	57	31	8		
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	2	2	17	3	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						7			
2.3. Funções Gratificadas				2	2	10	3		
3. Totais (1+2)	0	10	6	12	59	48	11	0	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Gerência de Recursos Humanos

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

5.1.3. Demonstração dos Custos de Pessoal da UJ

QUADRO A.6.6 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão										
Exercícios	2012	2.153.151		202.279	196.661	581.134	468.384			3.601.608
	2011	2.187.641	-	184.755	245.247	586.542	375.182	-	-	3.579.367
	2010	2.423.303	-	198.203	254.104	588.728	316.829	-	-	3.781.167
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Exercícios	2012	143.775	-	12.212	7.998	14.129	6.711			184.824
	2011	137.801	-	11.520	3.736	13.367	5.373			171.797
	2010	126.193	-	10.516	4.310	12.474	4.424			157.917
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2012									
	2011									
	2010									
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2012	362.075		24.344	8.935	32.951	18.411			446.716
	2011	271.018	-	22.690	17.630	13.367	11.905			336.610
	2010	315.532		18.469	3.478	12.474	10.480			360.433
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	2012	638.106	336.237	76.321	62.403	84.827	87.749		731.472	2.017.113
	2011	795.419	312.168	93.594	60.736	93.571	92.238		542.541	1.990.267
	2010	803.341	325.420	66.253	18.142	87.318	73.559		63.559	1.437.592

Fonte: Sistema TOTVS - CON1990, RHU2350, RHU7260, CAP0220

5.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

5.2.1. Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UJ

Unidade Contratante													
Nome: COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS- CASEMG													
UG/Gestão:						CNPJ:							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	0	40/2010	97.481.220/0001-16	15/11/2010	-	15	15					ATIVO NORMAL
2010	V	0	037/2010	07.834.205/0001-11	2/11/2010	-			14	14			ATIVO NORMAL
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Gerência Administrativa

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

5.2.2. Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos da UJ

QUADRO A.6.18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante														
Nome: CIA DE ARMAZENS E SILOS DO ESTADO DE MG														
UG/Gestão: SEDE ADMINISTRATIVA							CNPJ: 17.196370-0001/68							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2007	11	O	046/07	19201128/0001/41	jan/12	dez/12			2	2				E
2006	11	O	030/06	19201128/0001/41	jan/12	mai/12			2	2				E
2012	11	E	015/12	19201128/0001/41	jun/12	jul/12			2	2				E
2012	11	O	042/12	19201128/0001/41	ago/12	dez/12			3	3				A

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Gerência de Recursos Humanos

5.2.3. Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.6.19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	24	22	23	23	191.309,99
1.1 Área Fim	13	13	13	13	97.567,04
1.2 Área Meio	11	9	10	10	93.742,95
2. Nível Médio	0	0	0	0	-
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
3. Total (1+2)	24	22	23	23	191.309,99

Fonte: Sistema TOTVS- CON 1990 (Gerência de Recursos Humanos)

6. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

6.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

A Companhia não possui veículos contratados de terceiros. O último contrato de locação de veículos foi com a Valoriza com data de 05/10/2009 e distrato em 22/03/2012. O último valor mensal pago foi R\$2.049,41.

Existem veículos próprios e cedidos conforme Quadro abaixo, e em 2012 foi procedida alteração na norma interna de Uso e Controle dos veículos de propriedade da Companhia - INA 9, na qual foram estabelecidos os procedimentos para utilização, controle, movimentação e manutenção dos veículos da Companhia. Os veículos são utilizados para serviço de transporte de material e equipamentos, bem como no transporte de pessoal a serviço da sede administrativa, das Unidades de Armazenagem e Negócios e dos respectivos Núcleos.

Também na norma interna- INA 18 são estabelecidos os procedimentos para uso do veículo particular em serviço, com cálculo de reembolso por quilômetro rodado. Durante o exercício de 2012 os dispêndios com combustíveis, manutenção, seguros e outros, totalizaram R\$68.233.

Até o final de 2012, Companhia não possuía veículos próprios na Sede Administrativa, sendo solicitado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA - 05 (cinco) veículos, que culminou na transferência de 02 (dois) veículos doados em 2012 e 03 (três) no início do exercício de 2013, cuja destinação está contemplada no quadro abaixo:

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

RELAÇÃO DE VEÍCULOS DE PROPRIEDADE OU EM PODER DA CASEMG								
UNIDADE	MARCA/ MODELO	ANO FABRICAÇÃO	PLACA	RENAVAM	CHASSI	COMBUSTÍVEL	Data de Recebimento doações e concessões	
NUCOP	FIAT/UNO MILLE	2007	GMF - 5314	940741750	9BDI5822786032279	ALCOOL/GASOLINA	8/2/2013	Concessão CEASA
PATROCINIO	FIAT/UNO MILLE	2007	GMF - 5315	940743027	9BDI5822786033638	ALCOOL/GASOLINA	8/2/2013	Concessão CEASA
SEDE	FIAT/UNO MILLE	2007	GMF - 5335	947046631	9BD15822786048220	ALCOOL/GASOLINA		Concessão CEASA
PATOS DE MINAS	VW/GOL 1.0	2004	JFQ - 5995	851248047	9BWCA05X05T047170	ALCOOL	13/12/12	Doação do MAPA
SEDE	VW/PARATI	2007/2008	GMF - 5360	116638	9BWDC05W287158507	ALCOOL/GASOLINA	8/2/2013	Concessão CEASA
SEDE	GM/ASTRA	2008	JGC - 5791	990919579	9BGTR69W09B201000	ALCOOL/GASOLINA	13/12/12	Doação do MAPA
UAN MONTE CARMELO	VW/KOMBI	2008	HJN-9161	990847381	9BWMF07X59P013016	ALCOOL/GASOLINA		Aquisição CASEMG
NUTEM	FIAT STRADA	2006	HEI-3466	887373208	9BD27801A72522195	ALCOOL/GASOLINA		Aquisição CASEMG
NUTEM	FORD/ F4000	1986	GWL- 5375	311358780	LA7GGG47699	DIESEL		Aquisição CASEMG
UAN UBERABA	VW/KOMBI	1992	GOJ-0943	6055117509	9BWZZZ23ZNP015886	GASOLINA		Aquisição CASEMG
UAN UBERLÂNDIA	VW/KOMBI	1992	GOJ-0949	605518009	9BWZZZ23ZNP013708	GASOLINA		Aquisição CASEMG
UAN UBERLÂNDIA	FIAT STRADA	2008	HJL-9482	990661466	9BD27803A97117509	ALCOOL/GASOLINA		Aquisição CASEMG

7. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

7.1. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO A.8.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
x	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
x	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
x	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.

4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecidas(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(3) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

A segurança da informação na UJ tem sido objeto de preocupação constante da Diretoria que está empenhada na minimização das vulnerabilidades e a redução dos riscos de ocorrência de incidentes de segurança que possam comprometer a integridade, disponibilidade e confidencialidade das informações armazenadas na rede corporativa da Companhia. Ao longo do ano de 2012, a exemplo de exercícios anteriores, foram realizadas as atualizações de sistemas operacionais e serviços dos servidores de rede.

7.2. ANÁLISE CRÍTICA

Devida a falta de investimentos no ativo imobilizado de informática por indisponibilidade financeira a Companhia não desempenhou de forma satisfatória a Gestão de TI.

8. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

8.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 		x			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	x				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	x				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 				x	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	x				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 	x				
	Sim (Não (

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
))	
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 				x	
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				x	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				x	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	x				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 				x	
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 				x	
<p>Considerações Gerais: Os processos licitatórios da UJ constam em edital cláusula de sustentabilidade para aquisição de produtos. Os fornecedores fornecem declaração de atendimento e produção de produtos com sustentabilidade ambiental. A nova aquisição de papéis, pelo menos em parte, será de produtos reciclados. No item 2.1.3 deste relatório foi descrito quanto à proteção do meio ambiente e incluído no planejamento de investimentos no ativo imobilizado as adequações ambientais e certificações dos armazéns. Constam das normas operacionais a destinação de resíduos e impurezas nas unidades armazenadoras e utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

8.2. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

No item 2.1.2 estão discriminados os procedimentos de controle para redução de energia elétrica e consumo de papel. Embora a UJ não tenha definido e divulgado adesão a programas de sustentabilidade, mas que este planejamento está previsto para 2013, inclusive com uso de arquivamentos digitais, reduzindo drasticamente o uso de papel, principalmente nas comunicações internas, com certificação de TI. Planeja-se, inclusive, a locação de espaço com segurança em órgão

de processamento de dados do Estado, para arquivamento das informações do Sistema de Gestão da CASEMG.

QUADRO A.9.2 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão	Resultados			
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	550	950	450	4.675,00	8.075,00	3.877,50
Água	3921	3931	4178	22.679,77	20.858,81	22.338,10
Energia Elétrica	2.751.710	3.044.468	2.571.046	1.684.551,00	1.950.163,00	1.750.222,00
			Total	1.711.905,77	1.979.096,81	1.776.437,60

9. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

9.1. DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

9.1.1. Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
CASEMG- Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	007.515/2012-0	3554/2012			1196/2012-TCU/SECEX-MG/DI

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		Código SIORG
CASEMG- Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais		
Descrição da Deliberação		
Identificar eventuais fragilidades nos controles de despesas e na geração de receitas, bem como oportunidades de melhoria na gestão que impactem positivamente o resultado da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais (CASEMG)		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Diretoria Executiva		
Síntese da Providência Adotada		
A Companhia solicitou às áreas da CASEMG identificar eventuais fragilidades nos controles de despesas e na geração de receita, bem como oportunidades de melhoria na gestão que impactem positivamente o resultado da Companhia.		
Síntese dos Resultados Obtidos		
Implantação parcial de medidas para mitigar as fragilidades dos controles		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Falta a adoção completa de providencias necessárias para implementação de todas as medidas mitigadoras sugeridas - Acórdão nº3554/2012, Relatório de Levantamento.		

9.1.2. Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento no Final do Exercício

QUADRO A.10.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
CASEMG - Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	018.712/2008-5	5993/2009 - 2ª Câmara	4.2	DE	3612-TCU-SECEX - MG
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
CASEMG - Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais					
Descrição da Deliberação					
Item 4.2 irregularidades/falha - item 1.3.1.1 (fl.156) - falta de regularização das averbações e registros de imóveis pertencentes à CASEMG.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gerência Administrativa - GERAD					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 - CASEMG

A Companhia vem tomando às providências ao seu alcance para regularização da pendência, contudo algumas ações não dependem somente da CASEMG

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

1) Formoso: A CASEMG distribui ação contra a Prefeitura de Formoso na Comarca de Buritis objetivando a outorga da escritura definitiva de doação do imóvel à CASEMG e distribuirá a competente ação de reintegração de posse por dependência do julgamento da ação de outorga. Cumpre-nos aguardar a decisão judicial.

2) Mato Verde: Foi expedido ofício à Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais solicitando providências para solução da pendência. Foi nos informada que foi determinada à direção do foro da comarca de Monte Azul a apuração dos fatos. Aguardando posicionamento.

3) Tupaciguara: O imóvel foi registrado em nome da CASEMG na data de 06/12/2010. Foi apresentada proposta comercial para aquisição do imóvel e pagamento de indenização devida em decorrência da desapropriação procedida em 1979.

4) Patrocínio: Obtidas as certidões relativas às cinco áreas de propriedade da empresa que compõe a Unidade de Armazenagem e Negócios – UAN foi verificado que o Cartório de Registro de Imóveis daquela circunscrição se equivocou com relação à metragem objeto da exigência. De posse das certidões, foi apresentado requerimento com o pedido de correção acompanhado da Certidão Negativa de Débitos – CND, do INSS e da Certidão de Regularização Fiscal – CRF, da Municipalidade.

Como solução final, caberá à área competente da Companhia obter a CND da obra e que se requeira outro CRF à municipalidade, em razão do vencimento da anterior, após o que se deverá protocolar esses documentos junto ao Cartório de RI local. Novo requerimento será encaminhado a Gerência da Unidade visando averbação de uma construção de um galpão conforme Alvará de habite-se número 305/2002, área de 391,71 m², bem como acréscimo de 162,40 m², referente ao Habite-se 257/2007, perfazendo assim uma área total de 554,11 -m², conforme certidão de construção emitida em 25/07/2012.

5) Uberlândia: Três requerimentos foram apresentados ao Cartório de Registro de Imóveis daquela Circunscrição visando à regularização das medidas e confrontações das cinco glebas que formam a área de domínio da CASEMG, visando agrupá-las em três áreas para, em momento posterior, tentar agregá-las em uma só, vez que dependerá do Ministério dos Transportes a anuência para tal, em razão da malha ferroviária Federal cortar as glebas que se pretendem reunir. Entretanto, tal situação se afigura, no mínimo, improvável, vez que tal procedimento dependerá, fundamentalmente, desta anuência.

Para se obter êxito nesta tarefa, os procedimentos administrativos importarão em elevados custos para a Companhia (planimetria das áreas, contratação de despachantes, citações, emolumentos, etc.), gastos estes estimados em mais de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), sem que haja total garantia de sucesso. Deve-se destacar que a união das glebas em nada beneficiará a empresa, uma vez ser a mesma proprietária das cinco áreas em questão, as quais estão regularmente registradas no Cartório de Registro de Imóveis daquela Circunscrição.

9.1.3. Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO A.10.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Descrição da Recomendação			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Síntese da Providência Adotada
Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
No exercício de 2012 não houve atendimento às recomendações do OCI conforme comentários do quadro A.10.2.

9.1.4. Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento no Final do Exercício

QUADRO A.10.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
CASEMG - Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório nº208210 - CGU - Exercício 2007	1.1.2.1 Constatação (002)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
CASEMG - Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais			
Descrição da Recomendação			
Assunto - Bens Imobiliários - Constatação (002) Recomendação 001: Envidar esforços para regularizar os 6 (seis) imóveis da entidade pendentes de averbação e registro			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gerência Administrativa - GERAD			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Companhia vem tomando às providências ao seu alcance para regularização da pendência, contudo algumas ações não dependem da CASEMG.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>1) Formoso: A CASEMG distribuiu ação contra a Prefeitura de Formoso na Comarca de Buritis objetivando a outorga da escritura definitiva de doação do imóvel à CASEMG e distribuirá a competente ação de reintegração de posse por dependência do julgamento da ação de outorga. Cumpre-nos aguardar a decisão judicial. 2) Mato Verde: Foi expedido ofício à Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais solicitando providências para solução da pendência. A informação é de que foi determinada à direção do foro da comarca de Monte Azul a apuração dos fatos. Aguardando posicionamento. 3) Tupaciguara: O imóvel foi registrado em nome da CASEMG na data de 06/12/2010. Foi apresentada proposta comercial para aquisição do imóvel e pagamento de indenização devida em decorrência da desapropriação procedida em 1979. 4) Patrocínio: Obtidas as certidões relativas às cinco áreas de propriedade da empresa que compõe a Unidade de Armazenagem e Negócios – UAN foi verificado que o Cartório de Registro de Imóveis daquela circunscrição se equivocou com relação à metragem objeto da exigência. De posse das certidões, foi apresentado requerimento com o pedido de correção acompanhado da Certidão Negativa de Débitos – CND,</p>			

do INSS e da Certidão de Regularização Fiscal – CRF, da Municipalidade. Como solução final, caberá à área competente da Companhia obter a CND da obra e que se requeira outro CRF à municipalidade, em razão do vencimento da anterior, após o que se deverá protocolar esses documentos junto ao Cartório de RI local. Novo requerimento será encaminhado a Gerência da Unidade visando averbação de uma construção de um galpão conforme Alvará de habite-se número 305/2002, área de 391,71 m², bem como acréscimo de 162,40 m², referente ao Habite-se 257/2007, perfazendo assim uma área total de 554,11 -m², conforme certidão de construção emitida em 25/07/2012. **5) Uberlândia:** Três requerimentos foram apresentados ao Cartório de Registro de Imóveis daquela Circunscrição visando à regularização das medidas e confrontações das cinco glebas que formam a área de domínio da CASEMG, visando agrupá-las em três áreas para, em momento posterior, tentar agregá-las em uma só, vez que dependerá do Ministério dos Transportes a anuência para tal, em razão da malha ferroviária Federal cortar as glebas que se pretendem reunir. Entretanto, tal situação se afigura, no mínimo, improvável, vez que tal procedimento dependerá, fundamentalmente, desta anuência. Para se obter êxito nesta tarefa, os procedimentos administrativos importarão em elevados custos para a Companhia (planimetria das áreas, contratação de despachantes, citações, emolumentos, etc.), gastos estes estimados em mais de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), sem que haja total garantia de sucesso. Deve-se destacar que a união das glebas em nada beneficiará a empresa, uma vez ser a mesma proprietária das cinco áreas em questão, as quais estão regularmente registradas no Cartório de Registro de Imóveis daquela Circunscrição.

9.2. INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

a) A Auditoria Interna, AUDIN, está diretamente subordinada ao Conselho de Administração e administrativamente vinculada à Presidência da CASEMG com as atribuições relacionadas no artigo 12 do Regimento Interno.

b) O Plano Anual de Auditoria Interna- PAINT de 2012 contemplou a programação de auditorias na Sede Administrativa e Unidades Armazenadoras da Companhia de acordo com as necessidades detectadas pela AUDIN.

Foram programadas 18 (quinze) auditorias para o exercício 2012, sendo 4 (quatro) na Gerência de Contabilidade, 01 (uma) na Gerencia Administrativa, 01 (uma) Assessoria de Planejamento, 01 (uma) Gerência de Recursos Humanos e 11 (onze) Unidades, distribuídas da seguinte forma:

- ✓ 14 Auditorias de Acompanhamento da Gestão - (GERAD, GEREH, ASPLA e Unidades)
- ✓ 04 Auditorias Contábeis - Financeiras - (Contabilidade)

Durante o exercício de 2012 foram realizadas 11 auditorias, sendo:

- ✓ 05 Auditorias de Acompanhamento de Gestão – (GEREH e Unidades)
- ✓ 04 Auditorias Contábeis - Financeiras - (Contabilidade)
- ✓ 02 Auditorias Especiais - (Unidade e Sede/Contratos)

Auditorias Programadas x Realizadas por Modalidade: **TIPO DE A**

TIPO DE AUDITORIA	NÚMERO PROGRAMADO (A)	NÚMERO REALIZADO (B)	PERCENTUAL (B/A)	PERCENTUAL (B) TOTAL REALIZADO
Acompanhamento de Gestão	14	05	36%	45%
Contábil- Financeira	04	04	100%	36%
Auditoria Especial	-	02	100%	19%
Total	18	11	61%	100%

Os trabalhos mais relevantes realizados pela AUDIN no exercício foram nas Unidades Armazenadoras de Paracatu e Bonfinópolis de Minas, sendo as principais constatações e recomendações:

- I) Habitualidade de movimentação de mercadorias sem documentos fiscais;
- II) falta de grãos; III) Foi solicitada à Comissão Investigativa Instaurada através da portaria nº085, de 11 de outubro de 2012 apuração de responsabilidade dos atos e fatos constantes no relatório do Comitê de Gestão Operacional, para que seja incluída nos trabalhos também a quantificação dos legítimos prejuízos advindos da falta de Soja e Milho, bem como os possíveis recebimentos de valores relativos à comercialização de grãos e ágio de qualidade praticado pelo ex-gerente da Unidade; IV) À Diretoria Executiva adotar medidas necessárias para regularizar a situação da falta de milho e soja junto aos clientes de acordo com o Decreto nº 3.855/01; V) Manter a Auditoria Interna informada sobre as conclusões da Comissão de Sindicância editada pela portaria nº 053 de 05/07/2012 para Apuração de Responsabilidade da falta do feijão; VI) Conforme e-mail remetido a AUDIN no dia 15/01/13, os funcionários da Unidade de Bonfinópolis informaram que à falta de soja do exercício de 2011, refere-se à perda de grande quantidade de produto devido às chuvas, condições precárias do armazém e secador, e ainda falta de aeração. Em razão disso, parte dessa mercadoria em estoque foi expedida para ABC Inco, com a qualidade abaixo padrão, cujo estabelecimento do proprietário (ABC Inco), efetuava desconto em função de ter recebido produto de baixa qualidade. Outra parte dessa mercadoria abaixo padrão foi remetida para outras Unidades da CASEMG para efetuar liga de produtos. Além disso, os funcionários informaram que existe na Unidade de Bonfinópolis de Minas uma pequena quantidade ensacada de soja abaixo padrão; VII) Constatamos que a Unidade de Bonfinópolis emitiu as notas fiscais de saídas: nº 93 de 15/02/12 para 38.600kg de soja e nº 94 de 16/02/12 para 37.910kg de soja, informando a operação de retorno de mercadorias para o Depositante – ABC Inco (CFOP 5.906), sem a autorização do próprio cliente para o retorno dessa mercadoria à referida empresa. Além disso, os funcionários da Unidade de Bonfinópolis de Minas informaram que essa quantidade seguiu para outro destino, ou seja, (*Unidade de Paracatu*). Portanto há indícios que essas cargas foram retiradas da Unidade indevidamente.
- c) Foram expedidas pela Auditoria Interna no exercício de 2012, 162 recomendações, das quais 106 foram atendidas e 56 estão pendentes.
- d) Com objetivo de levar ao conhecimento as recomendações da AUDIN, foram emitidas diversas comunicações Internas – CIs e Despachos do Diretor Presidente para as áreas competentes.
- e) Em 2012 todo o acompanhamento das recomendações pendentes foi feito através do “*Quadro de Acompanhamento de Pendências dos Relatórios de Auditoria Interna*”. Por meio dele os auditores acompanharam tempestivamente, as respostas dos auditados às recomendações da Auditoria. Assim foi possível avaliar não apenas as respostas, mas também os documentos apresentados.
- f) A alta Gerência toma conhecimento das recomendações, através dos Relatórios da Auditoria e Quadro de Acompanhamento de Pendências dos Relatórios de Auditoria Interna. Esses documentos são encaminhados oficialmente à alta Gerência.
- g) A AUDIN encaminha por meio de Comunicação Interna – CI's o Relatório Final decorrente dos trabalhos de Auditoria, para conhecimento e providências que entenderem pertinentes.

Também é encaminhado em todas as reuniões mensais do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração o “*Quadro de Acompanhamento de Pendências dos Relatórios de Auditoria Interna*”; e os Relatórios de Auditoria.

As impropriedades apontadas nos referidos documentos têm sido objeto de acompanhamento permanente da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, buscando-se a eliminação das fragilidades identificadas no Controle Interno da Companhia.

9.3. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI 8.730/93

9.3.1. Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.10.5 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	9	3	20
	Entregaram a DBR	9	3	20
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte:

9.3.1.1. Análise Crítica

A Gerência de Recursos Humanos é responsável pelo recebimento das declarações de bens e rendimentos, sendo que tais documentos são entregues em envelope lacrado e arquivado no setor, com o objetivo de garantir a conservação do sigilo fiscal das informações.

Em 2012 não houve descumprimento da obrigação.

9.4. MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

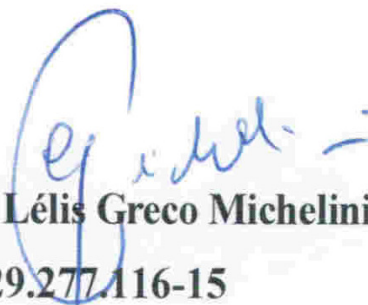
9.4.1. Modelo da Declaração de Atualização de Dados no SIASG E SICONV

Quadro A.10.6.

DECLARAÇÃO

Eu, Camilo de Lélis Greco Michelini, CPF nº 329.277.116-15, Supervisor Técnico, exercido na Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais – CASEMG, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Contratos – SICON, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Belo Horizonte, 22 de abril de 2013.



Camilo de Lélis Greco Michelini

329.277.116-15

Supervisor Técnico / CASEMG

10. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012

10.1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS EXIGIDAS PELA
LEI 6404/1976

(ANEXO I)

10.2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DAS EMPRESAS ESTATAIS

10.2.1. Composição Acionária do Capital Social com Investida

QUADRO A.11.3 - COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

UJ COMO INVESTIDA				
Denominação completa: Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais				
Texto				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Governo	Tesouro Nacional	92,6	92,6	92,6
	Outras Entidades Governamentais	2,3	2,3	2,3
	Fundos de Pensão			
	Ações em Tesouraria			
% Governo		94,9	94,6	94,6
Free Float	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
	% free float	-	-	-
Subtotal Ordinárias (%)		94,9	94,6	94,6
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Governo	Tesouro Nacional			
	Outras Entidades Governamentais	5,1	5,1	5,1
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
% Governo		5,1	5,1	5,1
Free Float	Pessoas Físicas			
	Pessoas Jurídicas			
	Capital Estrangeiro			
	% free float			
Subtotal Preferencial (%)		5,1	5,1	5,1
Total		100%	100%	100%

Quadro XX – Referência: Quadro B.4.1.- Composição Acionária do Capital Social - Portaria TCU Nº 123, de 12/05/2011.

10.3. PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Os Auditores Independentes “STAFF Auditoria e Assessoria” opinaram sobre as Demonstrações Contábeis de 2012 cuja base para opinião com ressalva foi o fato da Administração da CASEMG não ter efetuado teste de recuperação dos valores registrados no imobilizado e intangível (teste de impairment), bem como a determinação das novas taxas de depreciação do valor residual e do tempo de vida útil remanescente conforme descrito no CPC- 27.

Ainda com ênfase, chamou a atenção para a Nota Explicativa nº 27 às Demonstrações Contábeis, onde as contingências trabalhistas e cíveis causaram grande impacto no resultado negativo do exercício.

(ANEXO II)

11. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119, DE 18/01/2012.

11.1. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

Nada a destacar.

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011***

**COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS
DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CASEMG**

CONTEÚDO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Quadro I – Balanço Patrimonial

Quadro II – Demonstração do Resultado

Quadro III – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Quadro IV – Demonstração do Fluxo de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro
Em reais

ATIVO	Nota	2012	2011
CIRCULANTE		159.675.628	158.734.068
Caixa e Bancos		460.315	25.210
Aplicações Financeiras		1.006	540.747
Duplicatas a Receber	4	960.706	1.217.996
Adiantamentos		37.216	76.008
Tributos a Compensar	6	9.744	212.576
Concessão de Direito Real de Uso	7	42.663	98.484
Outros Créditos e Valores a Receber	9	2.303	2.303
Estoques de Almoxarifado		90.638	176.825
Estoque Produtos de Terceiros	5	158.025.148	156.109.942
Despesas Antecipadas		7.696	172.573
Ressarcimento de Clientes	8	38.193	101.404
NÃO CIRCULANTE		19.815.356	23.960.536
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.030.402	2.429.154
Depósitos Recursais	10	135.766	241.790
Valores Bloqueados pela Justiça	10	52.150	1.213.008
INSS a Compensar	11	-	121.757
Créditos a Compensar c/ Impostos Munic.	12	845.445	845.445
Duplicatas a Receber em Cobrança Judicial	13	426.232	446.892
(-) Perdas no Recebimento de Créditos	14	(429.191)	(439.738)
IMOBILIZADO		18.401.277	21.147.705
IMOBILIZADO	15	149.047.154	148.742.072
(-) Depreciação Acumulada		(130.648.308)	(127.594.367)
INTANGÍVEL	15	383.677	383.677
TOTAL DO ATIVO		179.490.984	182.694.605

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro
Em reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<i>Nota</i>	2012	2011
CIRCULANTE		162.679.666	162.118.027
Fornecedores		438.346	460.051
Obrigações Fiscais	16	464.343	238.438
Salários e Contribuições Previdenciárias		1.440.983	1.160.910
Obrigações a Terceiros		76.521	66.392
Estoque Produtos de Terceiros	5	158.025.148	156.109.942
Parcelamento Lei 11.941/2009	17	266.012	241.361
Parcelamento CEMIG	18	372.777	116.067
Parcelamento Previdenciário	20	177.416	-
Parcelamento não Previdenciário	20	228.106	-
(-) Juros a Apropriar	19	(100.745)	-
Provisão p/ Ações Trabalhista/Cíveis	21	486.430	1.820.998
Acordos Trabalhistas	21	800.389	1.900.385
Pensões Judiciais	21	3.940	3.482
NÃO CIRCULANTE		3.695.708	2.471.000
Acordos Trabalhistas	21	-	399.314
Provisão para Ações Cíveis	21	798.669	-
Parcelamento Lei 11.941/2009	17	1.929.913	2.071.686
Parcelamento CEMIG	18	289.385	-
Parcelamento Previdenciário	20	507.085	-
Parcelamento Não Previdenciário	20	170.656	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.115.610	18.105.578
Capital Social	24	26.814.711	26.814.711
(-) Prejuízos Acumulados		(13.699.101)	(8.709.133)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		179.490.984	182.694.605

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstrações de Resultados
Exercícios Findos em 31 de Dezembro
Em reais

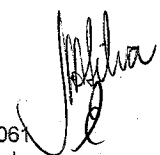
	Nota	2012	2011
RECEITA DE VENDA DE SERVIÇOS		15.937.074	19.690.286
(-) DEDUÇÕES DA REC. DE VENDAS DE SERVIÇOS		(1.689.003)	(2.006.084)
(-) COFINS E PIS NÃO CUMULATIVO, ISSQN, ICMS		(2.126.515)	(2.542.717)
(+) CRÉDITOS PIS/COFINS NÃO CUMULATIVO		437.512	536.633
RECEITA LIQUIDA DE VENDAS DE SERVIÇOS		14.248.071	17.684.202
(-) CUSTOS OPERACIONAIS		(14.570.029)	(14.655.973)
LUCRO / PREJUÍZO BRUTO		(321.958)	3.028.229
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(5.815.430)	(7.984.479)
(-) Despesas Gerais e Administrativas		(4.685.389)	(4.712.551)
(-) Contingências Trabalhistas e Cíveis		(1.166.936)	(3.367.848)
Reversão de Provisões Constituídas	22	36.895	95.920
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		1.578.255	344.115
Outras Receitas Operacionais		1.617.634	1.550.499
(-) Outras Despesas Operacionais	23	(39.378)	(1.206.384)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	26	(383.366)	(184.575)
Receitas financeiras		146.421	413.294
(-) Despesas Financeiras		(529.787)	(597.869)
RESULTADO OPERACIONAL		(4.942.499)	(4.796.710)
OUTROS RESULTADOS		(264)	(1.907)
(-) Perda na Baixa de Ativo Imobilizado		(264)	(1.907)
Resultado Líquido do Exercício		(4.942.763)	(4.798.616)
Prejuízo líquido por lote de mil ações do capital social		(0,12)	(0,12)
Quantidade de ações ao final do exercício		40.212.516,561	40.212.516,561

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31 de Dezembro
Em reais

	<i>Nota</i>	Capital Social Integralizado	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31/12/2011		26.814.711	(8.709.133)	18.105.578
Ajustes de exercícios anteriores a 2012	25		(47.205)	(47.205)
Lucro (Prejuízo) do Exercício 2012			(4.942.763)	(4.942.763)
Saldos Finais em 31/12/2012		26.814.711	(13.699.101)	13.115.610

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração do Fluxo de Caixa- Método Indireto Para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2012

Em reais

	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(4.942.763)	(4.798.616)
Aumentos(diminuições) dos itens que não afetam o caixa		
Depreciação	3.055.620	3.074.515
Despesas juros	-	547.344
Receitas juros	(10.308)	(81.134)
Perda do imobilizado	264	1.907
Perda no Recebimento de Créditos	-	-
Reversão de provisões de créditos	(36.895)	(95.920)
Provisão para contingências	-	2.610.563
Prejuízo de exercício ajustado	(1.934.082)	1.258.658
Variações ATIVO		
Aumento (Diminuição) de Duplicatas a Receber	257.290	124.383
Aumento (Diminuição) de Concessão Direito Real de Uso	55.822	(66.484)
Aumento (Diminuição) da Desapropriação de Imóveis	-	683.489
Aumento (Diminuição) Despesas Antecipadas	164.877	3.839
Aumento (Diminuição) Ressarcimento Clientes	63.210	(54.605)
Aumento (Diminuição) Estoque de Almojarifado	86.187	(109.189)
Aumento (Diminuição) Tributos a compensar	202.832	(13.590)
Aumento (Diminuição) de Adiantamentos	38.793	(37.368)
Aumento (Diminuição) outras contas a receber	-	(47.633)
Aumento (Diminuição) Depósitos Recursais	106.024	104.096
Aumento (Diminuição) de INSS a Compensar	121.757	-
Aumento (Diminuição) Valores Bloqueados	1.160.857	(516.168)
Aumento (Diminuição) Duplicatas a receber em cobrança judicial	20.658	204.949
Aumento (Diminuição) Prefeitura Muriaé	-	500.000
Aumento (Diminuição) Prefeitura Frutal	-	(29.190)
Aumento (Diminuição) de provisão de perdas	(10.546)	140.567
Total	2.267.761	887.096
Variações PASSIVO		
Aumento (Diminuição) de Fornecedores	(21.704)	(252.111)
Aumento (Diminuição) de Obrigações Fiscais	225.905	83.154
Aumento (Diminuição) de Salários e Contribuições Sociais	280.072	115.018
Aumento (Diminuição) de Obrigações a Terceiros	10.129	(10.247)
Aumento (Diminuição) do Parcelamento CEMIG (CP/LP)	546.094	(357.169)
Aumento (Diminuição) Provisão Contingências Trabalhistas(CP/LP)	(1.175.013)	(1.947.266)
Aumento (Diminuição) de Acordos Trabalhistas	(1.499.311)	-
Aumento (Diminuição) de Ações Cíveis e Pensões (CP/LP)	639.573	-
Aumento (Diminuição) Parcelamento da Lei 11.941/2009 (CP/LP)	(117.122)	267.041
Aumento (Diminuição) Parcelamento Previdenciário (CP/LP)	684.502	-
Aumento (Diminuição) Parcelamento não Previdenciário (CP/LP)	398.762	-
Aumento (diminuição) Juros a apropriar	(100.745)	-
Total	(128.858)	(2.101.580)

ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

Aquisições do Ativo Imobilizado

(309.457) (424.558)

(Diminuição) líquida de Caixa

(104.636) (380.384)

Caixa no início do período

565.957 946.341

Caixa no fim do período

461.321 565.957

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL	10
NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	10
NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	10
NOTA 4 – DUPLICATAS A RECEBER DE CLIENTES (Ativo Circulante).....	11
NOTA 5 - ESTOQUE DE PRODUTOS DE TERCEIROS (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	12
NOTA 6 - TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR (Ativo Circulante)	12
NOTA 7- CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO (Ativo Circulante).....	12
NOTA 8 - RESSARCIMENTO DE CLIENTES (Ativo Circulante).....	12
NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER (Ativo Circulante).....	12
NOTA 10 - DEPÓSITOS RECURSAIS/VALORES BLOQUEADOS PELA JUSTIÇA (R. L. Prazo)	12
NOTA 11 - INSS A COMPENSAR (R. L.Prazo).....	13
NOTA 12 - CRÉDITO A COMPENSAR (R.L.Prazo)	13
NOTA 13 - DUPLICATAS A RECEBER DE CLIENTES EM COBRANÇA JUDICIAL (R. L. Prazo).....	13
NOTA 14 – PERDAS NO RECEBIMENTO DE CREDITOS (R. L. Prazo).....	13
NOTA 15 - IMOBILIZADO/INTANGÍVEL (Ativo não Circulante).....	14
NOTA 16 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS (Passivo Circulante).....	14
NOTA 17 - PARCELAMENTO DA LEI 11.941/2009 (Passivo Circulante e Não Circulante)	15
NOTA 18 - PARCELAMENTO CEMIG (Passivo Circulante e Não Circulante)	15
NOTA 19 - JUROS A APROPRIAR (Passivo Circulante)	15
NOTA 20 - PARCELAMENTO PREVIDENCIARIO E NÃO PREVIDENCIARIO (Passivo Circulante e Não Circulante)	16
NOTA 21 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS / CÍVEIS/PENSÕES JUDICIAIS (Passivo Circulante e Não Circulante).....	16
NOTA 22 - REVERSÃO DE PROVISÕES CONSTITUIDAS (Redutora de Despesas Administrativas).....	16
NOTA 23 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS (Conta de Resultado)	16
NOTA 24 - CAPITAL SOCIAL	16
NOTA 25 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	17
NOTA 26 - DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	17
NOTA 27 - DOS RESULTADOS.....	17
NOTA 28 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS.....	17

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

Em reais

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG é uma sociedade por ações, constituída através da Lei nº 1643 de 06 de setembro de 1957, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social subscrito e integralizado. Quanto à sua estrutura física, esta é composta de vinte e duas (22) Unidades de Armazenagem e Negócios no Estado de Minas Gerais. Tem como principal objetivo armazenar e ensilar produtos do agronegócio, bem como exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, na forma do Decreto nº 3.855 de 03 de julho de 2001.

Em 26 de maio de 2000, mediante contrato de compra e venda, realizou-se a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais para a União, não havendo qualquer modificação das atividades operacionais. Encontra-se a empresa incluída no PND - Programa Nacional de Desestatização, cujo processo de caracterização de federalização apresenta-se atualmente em tramite no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Lei das Sociedades por Ações, 6404/76 e alterações introduzidas pelas Leis 11638/07 e 11941/2009.

As demonstrações contábeis integram as alterações trazidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos circulantes e não circulantes

São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cuja realização ou recebimento dar-se-á em período inferior a um ano e no não circulante os ativos cuja realização dar-se-á em período superior a um ano e ainda os investimentos em ativo imobilizado.

3.1.1. Disponibilidades e aplicações financeiras

Estão avaliadas ao custo, sendo as aplicações financeiras demonstradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. De acordo com a Resolução CMN nº 3284/2005 a Companhia efetua aplicação em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil.

3.1.2. Contas a receber

São apresentados pelos respectivos valores de realização, bem como da provisão para perdas para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos. As estimativas para perdas foram feitas de acordo com a Lei nº 9430/96.

3.1.3. Estoques de almoxarifado

Os estoques estão representados por materiais de manutenção e consumo para as Unidades Armazenadoras.

3.1.4. Estoque de mercadoria de terceiros

São estoques de mercadorias de propriedade de terceiros armazenadas na Companhia.

3.1.5. Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as estimativas de vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto Federal nº. 3.000/99 e na Instrução Normativa SRF nº. 162/98.

3.1.6. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelo valor de custo ou líquido de realização, dos dois o menor e, incluem quando aplicável os rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

3.2. Classificação dos passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas.

3.2.1. Provisão para contingências

A provisão para contingências está relacionada aos processos de natureza trabalhista e cível, foi constituída pela Companhia como resultado de eventos passados, tendo como base a opinião do Coordenador Jurídico.

3.2.2. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço.

3.3. Apuração do resultado

O resultado das operações sociais é pelo regime contábil de competência de exercício.

NOTA 4 – DUPLICATAS A RECEBER DE CLIENTES (Ativo Circulante)

O saldo de R\$ 960.706 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 1.217.996 em 31 de dezembro de 2011 referem-se a valores a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços de armazenagem e transbordo de produtos e não recebidos até 31 de dezembro, conforme detalhamos a seguir:

UNIDADES ARMAZENADORAS	POSIÇÃO EM 2012	POSIÇÃO EM 2011
Alfenas	-	-
Araguari	84.033	22.302
Bonfinópolis	1.533	-
Buritit	70.000	68.947
Capinópolis	120.785	113.290
Centralina	-	16.203
Conceição das Alagoas	38.567	34.951

Frutal	8.486	31.763
Ituiutaba	92.009	153.780
Monte Carmelo	101.677	168.515
Paracatu	65.896	64.846
Passos	-	6.000
Patos de Minas	52.538	22.370
Patrocínio	179.735	114.379
Sacramento	-	6.000
Santa Vitória	5.059	6.144
Tupaciguara	2.741	43.569
Uberaba	32.475	65.774
Uberlândia	105.172	275.579
Unai	-	3.584
TOTAL	960.706	1.217.996

NOTA 5 - ESTOQUE DE PRODUTOS DE TERCEIROS (Ativo Circulante/Passivo Circulante)

Nesta conta estão contabilizados os saldos de estoques de produtos armazenados, de acordo com o Registro de Inventário das Unidades de Armazenagem da Companhia, sendo de R\$ 158.025.147 em 31/12/2012 e R\$ 156.109.942 em 31/12/2011.

NOTA 6 - TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR (Ativo Circulante)

O total de R\$ 9.744 está composto por: R\$ 447 relativo à Imposto de Renda, R\$ 96 de Contribuição Social retidos na fonte por empresa pública conforme lei 10.833/2001, e IRRF a recuperar de R\$ 9.201 retido sobre rendimentos de aplicações financeiras e rendimentos sobre valores bloqueados, os quais serão compensados em tributos federais.

NOTA 7- CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO (Ativo Circulante)

Refere-se ao saldo a receber de contratos de Concessão de Direito Real de Uso firmados pela Companhia no total de R\$ 42.662 em 2012 e R\$ 98.484 em 2011.

NOTA 8 - RESSARCIMENTO DE CLIENTES (Ativo Circulante)

Os saldos de R\$ 38.192 em 2012 e R\$ 101.404 em 2011 se referem a valores a serem ressarcidos por clientes pelos serviços de carga e descarga executados por trabalhadores avulsos com intermediação do Sindicato de Braçagistas e respectivos encargos sociais.

NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER (Ativo Circulante)

Conforme discriminamos abaixo, o saldo de R\$ 2.303 trata-se de depósito judicial da impugnação de protesto contra fornecedor, que alegou falta de pagamento de obrigações, o processo encontra-se em andamento.

NOTA 10 - DEPÓSITOS RECURSAIS/VALORES BLOQUEADOS PELA JUSTIÇA (R. L. PRAZO)

O saldo de R\$ 187.916 em 2012 e de R\$ 1.213.008 em 2011 são de valores bloqueados pela justiça do trabalho, para garantia de parte do pagamento de indenizações de ações que estão sub- júdice.

Em dezembro de 2012, o saldo compõe-se de: depósitos recursais R\$ 135.766 e valores bloqueados pela justiça R\$ 52.150.

NOTA 11 - INSS A COMPENSAR (R. L. Prazo)

A Companhia tinha registrado em dezembro de 2011 o valor de R\$ 121.757 na conta de INSS a Compensar relativo ao recolhimento de INSS efetuado e incluído indevidamente no REFIS, cujo processo administrativo foi determinado em 12/09/2012 através do Despacho Decisório nº 1.135/ DRF/BHE, onde foi reconhecido o direito creditório de R\$ 74.552,79. Esse valor foi utilizado na compensação de débitos da Companhia. A diferença de R\$ 47.205 registrada e não reconhecida pelo INSS foi contabilizada em prejuízos de exercícios anteriores.

NOTA 12 - CRÉDITOS A COMPENSAR

O montante de R\$ 845.445 refere-se ao crédito apurado no registro da Escritura Pública de Confissão e Compensação de Débitos recíprocos firmados entre a Prefeitura Municipal de Frutal e a CASEMG. Conforme consta na escritura a diferença do crédito a favor da CASEMG será revertida a título de compensação de débitos de IPTU, incidentes sobre os imóveis de propriedade da Companhia na cidade de Frutal, e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN, que incide sobre o faturamento dos serviços prestados de armazenagem.

Devido ao descumprimento do acordo por parte de município de Frutal, foram ajuizadas pela Companhia as ações cabíveis.

NOTA 13 - DUPLICATAS A RECEBER DE CLIENTES EM COBRANÇA JUDICIAL (R. L. Prazo)

Os saldos de R\$ 426.232 em 2012 e de R\$ 446.892 em 2011, decorrem de valores a receber relativos aos clientes em cobrança judicial. Em 2012, foi realizado um acordo com cliente homologado em 03/05/2012 e baixa em 31/12 de quatro clientes que estavam em processo de cobrança judicial, conforme orientado na Comunicação Interna ASJUR 007/2013 (NOTA 14).

NOTA 14 – PERDAS NO RECEBIMENTO DE CREDITOS (R. L. Prazo)

Constituída a provisão para perdas com base na Lei nº. 9430/96 e Instrução Normativa SRF 93/97, para fazer face às perdas no recebimento dos créditos de Duplicatas a Receber registradas em conta de “Duplicatas a Receber em Cobrança Judicial”.

Em 2012, ocorreram reversões de baixa de: R\$ 1.947 referente acordo firmado com cliente; R\$ 18.713 proveniente da extinção de quatro processos judiciais, informados através da CI ASJUR 007/2013 de 25/02/2013.

Foram provisionadas no exercício perdas de R\$ 10.113 que são relativas às duplicatas vencidas e não liquidadas até 31/12/2010, totalizando o saldo de R\$ 429.191.

Provisão p/ Perdas no Recebimento de Créditos

Sado Inicial	439.738
Baixa de recebimento	(20.660)
Provisão para perdas em 2012	10.113
Saldo Final	429.191

NOTA 15 - IMOBILIZADO/INTANGÍVEL (Ativo não Circulante)

	Taxa anual depreciação	2012	2011
Terrenos		602.172	602.172
Edificações	4%	8.991.702	8.974.278
Máquinas e Equipamentos	10%	47.249.388	47.245.708
Móveis e Utensílios	10%	1.846.282	1.840.586
Veículos	20%	210.633	210.633
Armazéns e Silos	4%	89.293.460	89.293.460
Obras em andamento		293.920	14.224
Direitos de Propriedade		-	-
Equipamentos de Informática	20%	562.026	561.010
		149.049.583	148.742.072
(-) Depreciação Acumulada		(130.648.307)	(127.594.367)
TOTAL IMOBILIZADO		18.401.276	21.147.705
INTANGÍVEL			
Direitos e Propriedades		383.677	383.677
TOTAL INTANGÍVEL		383.677	383.677

Principais alterações no Imobilizado em 2012: baixas de bens móveis obsoletos e inservíveis, cujo resultado líquido, está apresentado na Demonstração de Resultado pela perda de R\$ 264; adição em edificações de R\$ 17.424 referente ao encerramento da obra de adequação da subestação de energia na Unidade de Ituiutaba.

Na conta "obras em andamento" estão registrados os valores de 8 (oito) parcelas pagas no total de R\$ 293.920 referente ao processo de aquisição e montagem do elevador do Silo 01 da Unidade de Uberlândia.

NOTA 16 - OBRIGAÇÕES FISCAIS (Passivo Circulante)

	2012	2011
IRRF/COFINS/PIS/Outros Impostos Retidos	348.099	138.092
Imposto s/ Serviço Qualquer Natureza - ISSQN	88.900	84.684
Imposto s/ Circulação de Mercadorias - ICMS	2.100	-
IPTU e outras taxas Municipais	25.244	15.662
TOTAL	464.343	238.438

Os saldos de IRRF/COFINS/PIS e outros impostos retidos referem-se à provisão de impostos da competência de outubro a dezembro/2012 a serem pagos.

O valor do IPTU de R\$ 25.244 dos exercícios de 2010 a 2012 e parte do ISSQN de R\$ 70.085 relativos aos exercícios de 2005 a 2012, referem-se aos valores a compensar do acordo firmado através da Escritura de Quitação e Compensação de Débitos Recíprocos não cumpridos pelo Município de Frutal, cuja ação foi ajuizada pela Companhia.

NOTA 17 - PARCELAMENTO DA LEI 11.941/2009 (Passivo Circulante e Não Circulante)

Esta conta é composta por débitos de INSS, COFINS, PIS e FUNDAF de exercícios anteriores a 2000 incluídos no REFIS cuja dívida foi reparcelada em cento e vinte (120) meses conforme consolidação em 2011 pela Receita Federal do Brasil- RFB, nos termos da Lei nº 11.941/2009, sendo a mesma atualizada com juros devidamente apropriados em conta de Resultado. Abaixo os saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	2012	2011
Dívida Consolidada	2.313.047	2.046.006
(-) Pagamento de parcelas no exercício	(251.289)	(220.920)
(+) Apropriação de juros	134.166	487.961
Saldo devedor do parcelamento	2.195.924	2.313.047
Dividido em:		
Passivo Circulante	266.011	241.361
Exigível em Longo Prazo	1.929.913	2.071.686
Total	2.195.924	2.313.047

NOTA 18 - PARCELAMENTO CEMIG (Passivo Circulante e Não Circulante)

O saldo de R\$ 662.161 em 2012 se refere a 21 (vinte e uma) parcelas restantes de R\$ 31.531 dos contratos de parcelamentos de números: 8008224894; 59195917 e 8008214903 acordados com a CEMIG em 14/09/2012, conforme demonstramos a seguir:

Dívida Consolidada	807.770
(-) Pagamentos de parcelas no exercício	(145.608)
Saldo devedor do parcelamento	662.161
Dividido em:	
Passivo Circulante	372.777
Exigível em Longo Prazo	289.384
Total	662.161

NOTA 19 – JUROS A APROPRIAR (Passivo Circulante)

O saldo de R\$ 100.745 em 2012 é referente à apropriação de juros sobre as 21 (vinte e uma) parcelas restantes do parcelamento acordado em 14/09/2012 com a CEMIG (Nota 18) que serão pagos até setembro de 2014.



NOTA 20 - PARCELAMENTOS PREVIDENCIÁRIOS E NÃO PREVIDENCIÁRIOS (Passivo Circulante e Não Circulante)

O saldo de R\$ 1.083.262 é composto pelos seguintes parcelamentos:

	Não Previdenciários	Previdenciários
Dívida Consolidada	450.359	704.733
(-) Pagamentos de parcelas no exercício	58.174	25.062
Apropriação de juros Selic	6.576	4.830
Saldo devedor do parcelamento	398.761	684.501
Dividido em:		
Passivo Circulante	228.105	177.416
Exigível em Longo Prazo	170.656	507.085

NOTA 21 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS / CÍVEIS/ACORDOS TRABALHISTAS (Passivo Circulante e Não Circulante)

A Companhia mantém a provisão para contingências de R\$ 1.285.098, sendo: R\$ 157.430 de contingências trabalhistas em curto prazo e R\$ 1.127.668 de ações cíveis, divididos em R\$ 329.000 em curto prazo e R\$ 798.668 em longo prazo. Também estão registrados no Passivo Circulante os saldos remanescentes de acordos trabalhistas firmados em 2012 no valor de R\$ 800.388.

NOTA 22 - REVERSÃO DE PROVISÕES CONSTITUÍDAS (Redutora de Despesas Administrativas)

O saldo em 2012 de R\$ 36.895 refere-se à reversão de provisão de contingências trabalhistas, conforme informado através de relatório técnico da Assessoria Jurídica – ASJUR.

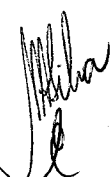
NOTA 23 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS (Conta de Resultado)

O saldo registrado em 2012 de R\$ 39.378 é demonstrado pelo quadro abaixo, sendo as de maior relevância: Perdas no recebimento de créditos de R\$ 10.113 sobre os débitos vencidos até 31/12/2010 e Pis/Cofins de R\$ 29.243 sobre as receitas oriundas de Concessão de Direito Real de Uso.

	2012	2011
Descontos concedidos	22	131
PIS/COFINS sobre demais receitas	29.243	46.092
Perdas no recebimento de créditos	10.113	1.018.798
Indenização a clientes	-	141.362
TOTAL	39.378	1.206.384

NOTA 24 - CAPITAL SOCIAL

Em dezembro de 2012, o capital social de R\$ 26.814.711, é formado por 94,87% em ações ordinárias e 5,12% em ações preferenciais sem valor nominal, cuja composição acionária é a seguinte: Governo Federal (92,6%); CONAB (7,05%); BDMG (0,21%); Outros (0,14%).



NOTA 25 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Em 2012, houve ajustes de exercícios anteriores no período de R\$ 47.205. A Companhia tinha registrado em dezembro de 2011 o valor de R\$ 121.757 na conta de INSS a Compensar relativo ao recolhimento de INSS efetuado e incluído indevidamente no REFIS, cujo processo administrativo foi determinado em 12/09/2012 através do Despacho Decisório nº 1.135/ DRF/BHE, onde foi reconhecido o direito creditório de R\$ 74.552,79. Esse valor foi utilizado na compensação de débitos da Companhia. A diferença de R\$ 47.205 registrada e não reconhecida pelo INSS foi contabilizada em prejuízos de exercícios anteriores.

NOTA 26 - DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 se referem às despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras, conforme demonstramos abaixo:

	2012	2011
Despesas Financeiras	(529.787)	(597.869)
Juros pagos ou incorridos	205.821	554.102
Multas dedutíveis e indedutíveis	304.489	23.268
Comissões, despesas bancárias e outras	19.477	20.500
Receitas Financeiras	146.421	413.294
Taxa de Permanência	104.846	157.937
Apropriação de juros e multas	35.689	81.134
Renda de aplicação financeira	5.886	104.975
Varição Monetária Ativa		69.248
Total	(383.366)	(184.576)

Em 2012, os juros contabilizados decorrem de Parcelamentos, sendo: R\$ 134.166 sobre a dívida da Lei 11.941/2009; R\$ 21.064 dos contratos de parcelamentos com fornecedor; R\$ 9.338 do Parcelamento Previdenciário e R\$ 5.756 do Parcelamento Não Previdenciário. E ainda, os juros sobre pagamentos em atraso de fornecedores e impostos no decorrer do ano.

As multas contabilizadas são oriundas principalmente dos Parcelamentos Previdenciários: R\$ 115.898 e Não Previdenciários: R\$ 75.884 e o restante são sobre impostos e fornecedores pagos em atrasos no exercício.

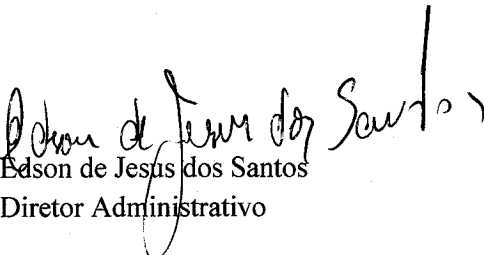
NOTA 27 - DOS RESULTADOS

Em 2012 causou impacto negativo no Resultado do Exercício principalmente o montante de R\$ 1.130.041, sendo: R\$ 1.166.936 proveniente de contingências trabalhistas e cíveis menos a reversão de provisão de contingências: R\$ 36.895 (nota 19) registradas nas Despesas Administrativas, e ainda as despesas com depreciação de R\$ 3.055.620 registradas em Custos Operacionais e Despesas Administrativas.

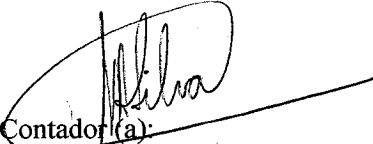
NOTA 28 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS

Os valores da maior e menor remuneração dos Administradores da Companhia são R\$ 9.744 e R\$ 5.300 respectivamente, e dos empregados são R\$ 9.357 e R\$ 622, respectivamente.

Márcio Luiz da Silva Cunha
Diretor -Presidente Técnico Operacional


Edson de Jesus dos Santos
Diretor Administrativo

Flávio Luiz Rodrigues
Diretor Financeiro


Contador(a):
Marceley Aparecida da Silva
CRC: MG: 087817/O -3



RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2012



Março/2013

O presente relatório está dividido nas seguintes seções:

	Pág.
I. Introdução	03
II. Relatório dos Auditores Independentes	04 e 05
III Balanço Patrimonial	06 a 07
Ativo	06
Passivo	07
IV. Demonstração de Resultado dos Exercícios	08
V. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	09
VI. Demonstração do Fluxo de Caixa	10
VII. Notas explicativas às Demonstrações Contábeis	11 a 21
VIII. Relatório Circunstanciado da Auditoria	22 a 29



Campinas, 07 de março de 2013.

Ilmos. Srs.

Diretores e Administradores da

**COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS -
CASEMG**

Estivemos nas dependências da **COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG**, realizando trabalhos de auditoria das suas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A seguir apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas demonstrações contábeis e que compreendem:

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis;
Balanço Patrimonial;
Demonstração de Resultado do Exercício;
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
Demonstração dos Fluxos de Caixa;
Notas explicativas às Demonstrações Contábeis; e
Relatório Circunstanciado da Auditoria.

Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessária.

STAFF AUDITORIA E ASSESSORIA EPP



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos

Diretores e Administradores da

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be the initials "JMA", is located in the bottom right corner of the page.



Base para opinião com ressalva

A Administração da companhia não efetuou o teste de recuperação dos valores registrados no imobilizado e intangível (teste de impairment), bem como a determinação das novas taxas de depreciação, do valor residual e do tempo de vida útil remanescente, conforme descrito no CPC 27, com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da companhia ou pela sua venda. O cálculo da depreciação não foi efetuado conforme as normas contábeis vigentes. Consequentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 27 e ICPC 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG** em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Sem ressaltar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa 27 às demonstrações contábeis, onde as contingências trabalhistas e cíveis causaram grande impacto no resultado negativo do exercício e também em virtude de prejuízos ocorridos em exercícios anteriores a 2012. As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2012 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma empresa no curso normal de suas atividades. Tal condição indica a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da empresa.

Campinas, 07 de março de 2013.



CRC2SP023856/O-1

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA

CTCRC1SP242826/O-3

Sócio Responsável



COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG
BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em Reais – R\$)

ATIVO

ATIVO	<i>Nota</i>	2012	2011
CIRCULANTE		159.675.628	159.386.242
Caixa e Bancos		460.315	25.210
Aplicações Financeiras		1.006	540.747
Duplicatas a Receber	4	960.706	1.217.996
Adiantamentos		37.216	76.008
Tributos a Compensar	6	9.744	212.576
Concessão de Direito Real de Uso	7	42.663	98.484
Outros Créditos e Valores a Receber	9	2.303	2.303
Estoques de Almoxarifado		90.638	176.825
Estoque Produtos de Terceiros	5	158.025.148	156.109.942
Despesas Antecipadas		7.696	172.573
Ressarcimento de Clientes	8	38.193	101.404
NÃO CIRCULANTE		19.815.356	23.960.536
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.030.402	2.429.154
Depósitos Recursais	10	135.766	241.790
Valores Bloqueados pela Justiça	10	52.150	1.213.008
INSS a Compensar	11	-	121.757
Créditos a Compensar c/ Impostos Munic.	12	845.445	845.445
Duplicatas a Receber em Cobrança Judicial	13	426.232	446.892
(-) Perdas no Recebimento de Créditos	14	(429.191)	(439.738)
IMOBILIZADO		18.401.277	21.147.705
IMOBILIZADO	15	149.047.154	148.742.072
(-) Depreciação Acumulada		(130.648.308)	(127.594.367)
INTANGÍVEL	15	383.677	383.677
TOTAL DO ATIVO		179.490.984	182.694.605

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG
BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
 (Em Reais – R\$)

PASSIVO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<i>Nota</i>	2012	2011
CIRCULANTE		162.679.666	162.118.027
Fornecedores		438.346	460.051
Obrigações Fiscais	16	464.343	238.438
Salários e Contribuições		1.440.983	1.160.910
Previdenciárias		76.521	66.392
Obrigações a Terceiros		158.025.148	156.109.942
Estoque Produtos de Terceiros	5	266.012	241.361
Parcelamento Lei 11.941/2009	17	372.777	116.067
Parcelamento CEMIG	18	177.416	-
Parcelamento Previdenciário	20	228.106	-
Parcelamento não Previdenciário	20	(100.745)	-
(-) Juros a Apropriar	19	486.430	1.820.998
Provisão p/ Ações Trabalhista/Cíveis	21	800.389	1.900.385
Acordos Trabalhistas	21	3.940	3.482
Pensões Judiciais	21		
NÃO CIRCULANTE		5.748.645	2.471.000
Acordos Trabalhistas	21	-	399.314
Provisão para Ações Cíveis	21	2.851.606	-
Parcelamento Lei 11.941/2009	17	1.929.913	2.071.686
Parcelamento CEMIG	18	289.385	-
Parcelamento Previdenciário	20	507.085	-
Parcelamento Não Previdenciário	20	170.656	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.062.673	18.105.578
Capital Social	24	26.814.710	26.814.711
(-) Prejuízos Acumulados		(15.752.037)	(8.709.133)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		179.490.984	182.694.605

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



**COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO**

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(em Reais)

	<i>Nota</i>	2012	2011
RECEITA DE VENDA DE SERVIÇOS		15.937.074	19.690.286
(-) DEDUÇÕES DA REC. DE VENDAS DE SERVIÇOS		(1.689.003)	(2.006.084)
(-) COFINS E PIS NÃO CUMULATIVO, ISSQN, ICMS		(2.126.515)	(2.542.717)
(+) CRÉDITOS PIS/COFINS NÃO CUMULATIVO		437.512	536.633
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE SERVIÇOS		14.248.071	17.684.202
(-) CUSTOS OPERACIONAIS		(14.570.029)	(14.655.973)
LUCRO / PREJUÍZO BRUTO		(321.958)	3.028.229
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(7.868.368)	(7.984.479)
(-) Despesas Gerais e Administrativas		(4.685.389)	(4.712.551)
(-) Contingências Trabalhistas e Cíveis		(3.219.874)	(3.367.848)
Reversão de Provisões Constituídas	22	36.895	95.920
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		1.578.256	344.115
Outras Receitas Operacionais		1.617.634	1.550.499
(-) Outras Despesas Operacionais	23	(39.378)	(1.206.384)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS	26	(383.366)	(184.575)
Receitas financeiras		146.421	413.294
(-) Despesas Financeiras		(529.787)	(597.869)
RESULTADO OPERACIONAL		(6.995.436)	(4.796.710)
OUTROS RESULTADOS		(264)	(1.907)
(-) Perda na Baixa de Ativo Imobilizado		(264)	(1.907)
Resultado Líquido do Exercício		(6.995.700)	(4.798.616)
Prejuízo líquido por lote de mil ações do capital social		-0,17	-0,12
Quantidade de ações ao final do exercício		40.212.516.561	40.212.516.561

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011
(Em Reais – R\$)

	Capital Social Integralizado	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio Líquido Consolidado
Saldos em 31/12/2011	26.814.711	(8.709.133)	18.105.578
Ajustes de exercícios anteriores a 2012	-	(47.204)	(47.204)
Lucro (Prejuízo) do Exercício de 2012	-	(6.995.700)	(6.995.700)
Saldos Finais em 31/12/2012	26.814.711	(15.752.037)	11.062.673
Saldos em 31/12/2010	26.814.711	(3.893.497)	22.921.214
Ajustes de exercícios anteriores a 2011	-	(17.021)	(17.021)
Lucro (Prejuízo) do Exercício de 2011	-	(4.798.616)	(4.798.616)
Saldos Finais em 31/12/2011	26.814.711	(8.709.133)	18.105.578

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (método indireto)

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 (Em Reais – R\$)

	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Prejuízo do exercício	(6.995.700)	(4.798.616)
Depreciação	3.055.620	3.074.515
Despesas juros	-	547.344
Receitas juros	(10.308)	(81.134)
Perda do imobilizado	264	1.907
Reversão de provisões de créditos	(36.895)	(95.920)
Provisão para contingências	-	2.610.563
Prejuízo do exercício ajustado	(3.987.019)	1.258.659
Variações de Ativos e Obrigações	4.191.840	(1.214.485)
Aumento (Diminuição) de Duplicatas a Receber	257.290	124.383
Aumento (Diminuição) de Concessão Direito Real de Uso	55.822	(66.484)
Aumento (Diminuição) da Desapropriação de Imóveis	-	683.489
Aumento (Diminuição) Despesas Antecipadas	164.877	3.839
Aumento (Diminuição) Ressarcimento Clientes	63.210	(54.605)
Aumento (Diminuição) Estoque de Almoxarifado	86.187	(109.189)
Aumento (Diminuição) Tributos a compensar	202.832	(13.590)
Aumento (Diminuição) de Adiantamentos	38.793	(37.368)
Aumento (Diminuição) outras contas a receber	-	(47.633)
Aumento (Diminuição) Depósitos Recursais	106.024	104.096
Aumento (Diminuição) de INSS a Compensar	121.757	-
Aumento (Diminuição) Valores Bloqueados	1.160.857	(516.168)
Aumento (Diminuição) Duplicatas a receber em cobrança judicial	20.658	204.949
Aumento (Diminuição) Prefeitura Muriaé	-	500.000
Aumento (Diminuição) Prefeitura Frutal	-	(29.190)
Aumento (Diminuição) de provisão de perdas	(10.546)	140.567
Aumento (Diminuição) de Fornecedores	(21.704)	(252.111)
Aumento (Diminuição) de Obrigações Fiscais	225.905	83.154
Aumento (Diminuição) de Salários e Contribuições Sociais	280.072	115.018
Aumento (Diminuição) de Obrigações a Terceiros	10.129	(10.247)
Aumento (Diminuição) do Parcelamento CEMIG (CP/LP)	546.094	(357.169)
Aumento (Diminuição) Provisão Contingências Trabalhistas(CP/LP)	(1.175.013)	(1.947.267)
Aumento (Diminuição) de Acordos Trabalhistas	(1.499.311)	-
Aumento (Diminuição) de Ações Cíveis e Pensões (CP/LP)	2.692.510	-
Aumento (Diminuição) Parcelamento da Lei 11.941/2009 (CP/LP)	(117.122)	267.041
Aumento (Diminuição) Parcelamento Previdenciário (CP/LP)	684.502	-
Aumento (Diminuição) Parcelamento não Previdenciário (CP/LP)	398.762	-
Aumento (diminuição) Juros a apropriar	(100.745)	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	204.821	44.174
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:		
Aquisições do Ativo Imobilizado	(309.457)	(424.558)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimentos	(309.457)	(424.558)
Aumento (Redução) do Caixa e Equivalente Caixa	(104.636)	(380.384)
Caixa e equivalente caixa no início do período	565.957	946.341
Caixa e equivalente caixa no fim do período	461.321	565.957

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis



COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em Reais – R\$)

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS DO BALANÇO

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL.....	12
NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	12
NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	12
NOTA 4 – DUPLICATAS A RECEBER DE CLIENTES (ATIVO CIRCULANTE).....	14
NOTA 5 - ESTOQUE DE PRODUTOS DE TERCEIROS (ATIVO CIRCULANTE/PASSIVO CIRCULANTE)	14
NOTA 6 - TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR (ATIVO CIRCULANTE)	14
NOTA 7- CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO (ATIVO CIRCULANTE)	15
NOTA 8 - RESSARCIMENTO DE CLIENTES (ATIVO CIRCULANTE).....	15
NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER (ATIVO CIRCULANTE).....	15
NOTA 11 - INSS A COMPENSAR (R. L. PRAZO)	15
NOTA 12 - CRÉDITOS A COMPENSAR.....	16
NOTA 13 - DUPLICATAS A RECEBER DE CLIENTES EM COBRANÇA JUDICIAL (R. L. PRAZO).....	16
NOTA 14 – PERDAS NO RECEBIMENTO DE CREDITOS (R. L. PRAZO).....	16
NOTA 15 - IMOBILIZADO/INTANGÍVEL (ATIVO NÃO CIRCULANTE).....	17
NOTA 16 - OBRIGAÇÕES FISCAIS (PASSIVO CIRCULANTE).....	17
NOTA 17 - PARCELAMENTO da lei 11.941/2009 (PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE).18	
NOTA 18 - PARCELAMENTO cemig (PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE).....	18
NOTA 19 – JUROS A APROPRIAR (PASSIVO CIRCULANTE).....	19
NOTA 20 - PARCELAMENTOS PREVIDENCIÁRIOS E NÃO PREVIDENCIÁRIOS (PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE).....	19
NOTA 21 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS / CÍVEIS/ PENSÕES JUDICIAIS/ACORDOS TRABALHISTAS (PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE).....	19
NOTA 22 - REVERSÃO DE PROVISÕES CONSTITUÍDAS (REDUTORA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS)	19
NOTA 23 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS (CONTA DE RESULTADO)	19
NOTA 24 - CAPITAL SOCIAL	20
NOTA 25 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20
NOTA 26 - DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS	20
NOTA 27 - DOS RESULTADOS.....	21
NOTA 28 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS.....	21



NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG é uma sociedade por ações, constituída através da Lei nº 1643 de 06 de setembro de 1957, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social subscrito e integralizado. Quanto à sua estrutura física, esta é composta de vinte e duas (22) Unidades de Armazenagem e Negócios no Estado de Minas Gerais. Tem como principal objetivo armazenar e ensilar produtos do agronegócio, bem como exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, na forma do Decreto nº 3.855 de 03 de julho de 2001.

Em 26 de maio de 2000, mediante contrato de compra e venda, realizou-se a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais para a União, não havendo qualquer modificação das atividades operacionais. Encontra-se a empresa incluída no PND - Programa Nacional de Desestatização, cujo processo de caracterização de federalização apresenta-se atualmente em tramite no Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância das normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Lei das Sociedades por Ações, 6404/76 e alterações introduzidas pelas Leis 11638/07 e 11941/2009.

As demonstrações contábeis integram as alterações trazidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade- NBC, Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos circulantes e não circulantes

São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cuja realização ou recebimento dar-se-á em período inferior a um ano e no não circulante os ativos cuja realização dar-se-á em período superior a um ano e ainda os investimentos em ativo imobilizado.

3.1.1. Disponibilidades e aplicações financeiras

Estão avaliadas ao custo, sendo as aplicações financeiras demonstradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. De acordo com a Resolução CMN nº 3284/2005 a Companhia efetua aplicação em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil.



3.1.2. Contas a receber

São apresentados pelos respectivos valores de realização, bem como da provisão para perdas para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos. As estimativas para perdas foram feitas de acordo com a Lei nº 9430/96.

3.1.3. Estoques de almoxarifado

Os estoques estão representados por materiais de manutenção e consumo para as Unidades Armazenadoras.

3.1.4. Estoque de mercadoria de terceiros

São estoques de mercadorias de propriedade de terceiros armazenadas na Companhia.

3.1.5. Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as estimativas de vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto Federal nº. 3.000/99 e na Instrução Normativa SRF nº. 162/98.

3.1.6. Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos circulantes e realizáveis em longo prazo são demonstrados pelo valor de custo ou líquido de realização, dos dois o menor e, incluem quando aplicável os rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

3.2. Classificação dos passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas.

3.2.1. Provisão para contingências

A provisão para contingências está relacionada aos processos de natureza trabalhista e cível, foi constituída pela Companhia como resultado de eventos passados, tendo como base a opinião do Coordenador Jurídico.

3.2.2. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço.

3.3. Apuração do resultado

O resultado das operações sociais é pelo regime contábil de competência de exercício.



NOTA 4 – DUPLICATAS A RECEBER DE CLIENTES (ATIVO CIRCULANTE)

O saldo de R\$ 960.706 em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 1.217.996 em 31 de dezembro de 2011 referem-se a valores a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços de armazenagem e transbordo de produtos e não recebidos até 31 de dezembro, conforme detalhamos a seguir:

UNIDADES ARMAZENADORAS	POSIÇÃO EM 2012	POSIÇÃO EM 2011
Alfenas	-	-
Araguari	84.033	22.302
Bonfinópolis	1.533	-
Buritis	70.000	68.947
Capinópolis	120.785	113.290
Centralina	-	16.203
Conceição das Alagoas	38.567	34.951
Frutal	8.486	31.763
Ituiutaba	92.009	153.780
Monte Carmelo	101.677	168.515
Paracatu	65.896	64.846
Passos	-	6.000
Patos de Minas	52.538	22.370
Patrocínio	179.735	114.379
Sacramento	-	6.000
Santa Vitória	5.059	6.144
Tupaciguara	2.741	43.569
Uberaba	32.475	65.774
Uberlândia	105.172	275.579
Unai	-	3.584
TOTAL	960.706	1.217.996

NOTA 5 - ESTOQUE DE PRODUTOS DE TERCEIROS (ATIVO CIRCULANTE/PASSIVO CIRCULANTE)

Nesta conta estão contabilizados os saldos de estoques de produtos armazenados, de acordo com o Registro de Inventário das Unidades de Armazenagem da Companhia, sendo de R\$ 158.025.147 em 31/12/2012 e R\$ 156.109.942 em 31/12/2011.

NOTA 6 - TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR (ATIVO CIRCULANTE)

O total de R\$ 9.744 está composto por: R\$ 447 relativo à Imposto de Renda, R\$ 96 de Contribuição Social retidos na fonte por empresa pública conforme lei 10.833/2001, e IRRF a recuperar de R\$ 9.201 retido sobre rendimentos de aplicações financeiras e rendimentos sobre valores bloqueados, os quais serão compensados em tributos federais.





NOTA 7- CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO (ATIVO CIRCULANTE)

Refere-se ao saldo a receber de contratos de Concessão de Direito Real de Uso firmados pela Companhia no total de R\$ 42.662 em 2012 e R\$ 98.484 em 2011.

NOTA 8 - RESSARCIMENTO DE CLIENTES (ATIVO CIRCULANTE)

Os saldos de R\$ 38.192 em 2012 e R\$ 101.404 em 2011 se referem a valores a serem ressarcidos por clientes pelos serviços de carga e descarga executados por trabalhadores avulsos com intermediação do Sindicato de Braçagistas e respectivos encargos sociais.

NOTA 9 - OUTROS CRÉDITOS E VALORES A RECEBER (ATIVO CIRCULANTE)

Conforme discriminamos abaixo, o saldo de R\$ 2.303 trata-se de depósito judicial da impugnação de protesto contra fornecedor, que alegou falta de pagamento de obrigações, o processo encontra-se em andamento.

NOTA 10 - DEPÓSITOS RECURSAIS/VALORES BLOQUEADOS PELA JUSTIÇA (R. L. PRAZO)

O saldo de R\$ 187.916 em 2012 e de R\$ 1.213.008 em 2011 são de valores bloqueados pela justiça do trabalho, para garantia de parte do pagamento de indenizações de ações que estão sub- júdice.

Em dezembro de 2012, o saldo compõe-se de: depósitos recursais R\$ 135.766 e valores bloqueados pela justiça R\$ 52.150.

NOTA 11 - INSS A COMPENSAR (R. L. PRAZO)

A Companhia tinha registrado em dezembro de 2011 o valor de R\$ 121.757 na conta de INSS a Compensar relativo ao recolhimento de INSS efetuado e incluído indevidamente no REFIS, cujo processo administrativo foi determinado em 12/09/2012 através do Despacho Decisório nº 1.135/ DRF/BHE, onde foi reconhecido o direito creditório de R\$ 74.552,79. Esse valor foi utilizado na compensação de débitos da Companhia. A diferença de R\$ 47.204 registrada e não reconhecida pelo INSS foi contabilizada em prejuízos de exercícios anteriores.

NOTA 12 - CRÉDITOS A COMPENSAR

O montante de R\$ 845.445 refere-se ao crédito apurado no registro da Escritura Pública de Confissão e Compensação de Débitos recíprocos firmados entre a Prefeitura Municipal de Frutal e a CASEMG. Conforme consta na escritura a diferença do crédito a favor da CASEMG será revertida a título de compensação de débitos de IPTU, incidentes sobre os imóveis de propriedade da Companhia na cidade de Frutal, e do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN, que incide sobre o faturamento dos serviços prestados de armazenagem.

Devido ao descumprimento do acordo por parte de município de Frutal, foram ajuizadas pela Companhia as ações cabíveis.

NOTA 13 - DUPLICATAS A RECEBER DE CLIENTES EM COBRANÇA JUDICIAL (R. L. PRAZO)

Os saldos de R\$ 426.232 em 2012 e de R\$ 446.892 em 2011, decorrem de valores a receber relativos aos clientes em cobrança judicial. Em 2012, foi realizado um acordo com cliente homologado em 03/05/2012 e baixa em 31/12 de quatro clientes que estavam em processo de cobrança judicial, conforme orientado na Comunicação Interna ASJUR 007/2013 (NOTA 14).

NOTA 14 – PERDAS NO RECEBIMENTO DE CREDITOS (R. L. PRAZO)

Constituída a provisão para perdas com base na Lei nº. 9430/96 e Instrução Normativa SRF 93/97, para fazer face às perdas no recebimento dos créditos de Duplicatas a Receber registradas em conta de “Duplicatas a Receber em Cobrança Judicial”.

Em 2012, ocorreram reversões de baixa de: R\$ 1.947 referente acordo firmado com cliente; R\$ 18.713 proveniente da extinção de quatro processos judiciais, informados através da CI ASJUR 007/2013 de 25/02/2013.

Foram provisionadas no exercício perdas de R\$ 10.113 que são relativas às duplicatas vencidas e não liquidadas até 31/12/2010, totalizando o saldo de R\$ 429.191.

Provisão p/ Perdas no Recebimento de Créditos

Sado Inicial	439.738
Baixa de recebimento	(20.660)
Provisão para perdas em 2012	10.113
Saldo Final	429.191



NOTA 15 - IMOBILIZADO/INTANGÍVEL (ATIVO NÃO CIRCULANTE)

	Taxa anual depreciação	2012	2011
Terrenos		602.172	602.172
Edificações	4%	8.991.702	8.974.278
Máquinas e Equipamentos	10%	47.249.388	47.245.708
Móveis e Utensílios	10%	1.846.282	1.840.586
Veículos	20%	210.633	210.633
Armazéns e Silos	4%	89.293.460	89.293.460
Obras em andamento		293.920	14.224
Direitos de Propriedade		-	-
Equipamentos de Informática	20%	562.026	561.010
		149.049.583	148.742.072
(-) Depreciação Acumulada		(130.648.307)	(127.594.367)
TOTAL IMOBILIZADO		18.401.276	21.147.705
INTANGÍVEL			
Direitos e Propriedades		383.677	383.677
TOTAL INTANGÍVEL		383.677	383.677

Principais alterações no Imobilizado em 2012: baixas de bens móveis obsoletos e inservíveis, cujo resultado líquido, está apresentado na Demonstração de Resultado pela perda de R\$ 264; adição em edificações de R\$ 17.424 referente ao encerramento da obra de adequação da subestação de energia na Unidade de Ituiutaba.

Na conta "obras em andamento" estão registrados os valores de 8 (oito) parcelas pagas no total de R\$ 293.920 referente ao processo de aquisição e montagem do elevador do Silo 01 da Unidade de Uberlândia.

NOTA 16 - OBRIGAÇÕES FISCAIS (PASSIVO CIRCULANTE)

	2012	2011
IRRF/COFINS/PIS/Outros Impostos Retidos	348.099	138.092
Imposto s/ Serviço Qualquer Natureza - ISSQN	88.900	84.684
Imposto s/ Circulação de Mercadorias - ICMS	2.100	-
IPTU e outras taxas Municipais	25.244	15.662
TOTAL	464.343	238.438



Os saldos de IRRF/COFINS/PIS e outros impostos retidos referem-se à provisão de impostos da competência de outubro a dezembro/2012 a serem pagos.

O valor do IPTU de R\$ 25.244 dos exercícios de 2010 a 2012 e parte do ISSQN de R\$ 70.085 relativos aos exercícios de 2005 a 2012, referem-se aos valores a compensar do acordo firmado através da Escritura de Quitação e Compensação de Débitos Recíprocos não cumpridos pelo Município de Frutal, cuja ação foi ajuizada pela Companhia.

NOTA 17 - PARCELAMENTO da lei 11.941/2009 (PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

Esta conta é composta por débitos de INSS, COFINS, PIS e FUNDAF de exercícios anteriores a 2000 incluídos no REFIS cuja dívida foi parcelada em cento e vinte (120) meses conforme consolidação em 2011 pela Receita Federal do Brasil- RFB, nos termos da Lei nº 11.941/2009, sendo a mesma atualizada com juros devidamente apropriados em conta de Resultado. Abaixo os saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

	2012	2011
Dívida Consolidada	2.313.047	2.046.006
(-) Pagamento de parcelas no exercício	(251.289)	(220.920)
(+) Apropriação de juros	134.166	487.961
Saldo devedor do parcelamento	2.195.924	2.313.047
Dividido em:		
Passivo Circulante	266.011	241.361
Passivo não Circulante	1.929.913	2.071.686
Total	2.195.924	2.313.047

NOTA 18 - PARCELAMENTO cemig (PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

O saldo de R\$ 662.161 em 2012 se refere a 21 (vinte e uma) parcelas restantes de R\$ 31.531 dos contratos de parcelamentos de números: 8008224894; 59195917 e 8008214903 acordados com a CEMIG em 14/09/2012, conforme demonstramos a seguir:

Dívida Consolidada	807.770
(-) Pagamentos de parcelas no exercício	(145.608)
Saldo devedor do parcelamento	662.161
Dividido em:	
Passivo Circulante	372.777
Passivo não Circulante	289.384
Total	662.161



NOTA 19 – JUROS A APROPRIAR (PASSIVO CIRCULANTE)

O saldo de R\$ 100.745 em 2012 é referente à apropriação de juros sobre as 21 (vinte e uma) parcelas restantes do parcelamento acordado em 14/09/2012 com a CEMIG (Nota 18) que serão pagos até setembro de 2014.

NOTA 20 - PARCELAMENTOS PREVIDENCIÁRIOS E NÃO PREVIDENCIÁRIOS (PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

O saldo de R\$ 1.083.262 é composto pelos seguintes parcelamentos:

	Não Previdenciários	Previdenciários
Dívida Consolidada	450.359	704.733
(-) Pagamentos de parcelas no exercício	58.174	25.062
Apropriação de juros Selic	6.576	4.830
Saldo devedor do parcelamento	398.761	684.501
Dividido em:		
Passivo Circulante	228.105	177.416
Exigível em Longo Prazo	170.656	507.085

NOTA 21 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS / CÍVEIS/ PENSÕES JUDICIAIS/ACORDOS TRABALHISTAS (PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE)

A Companhia mantém a provisão para contingências de R\$ 3.341.977, sendo: R\$ 157.430 de contingências trabalhistas e R\$ 3.180.606 de ações cíveis e R\$ 3.940 de pensões judiciais. Também estão registrados no Passivo Circulante os saldos remanescentes de acordos trabalhistas firmados em 2012 no valor de R\$ 800.388.

NOTA 22 - REVERSÃO DE PROVISÕES CONSTITUÍDAS (REDUTORA DE DESPESAS ADMINISTRATIVAS)

O saldo em 2012 de R\$ 36.895 refere-se à reversão de provisão de contingências trabalhistas, conforme informado através de relatório técnico da Assessoria Jurídica – ASJUR.

NOTA 23 - OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS (CONTA DE RESULTADO)

O saldo registrado em 2012 de R\$ 39.378 é demonstrado pelo quadro abaixo, sendo as de maior relevância: Perdas no recebimento de créditos de R\$ 10.113 sobre os débitos vencidos até 31/12/2010 e Pis/Cofins de R\$ 29.243 sobre as receitas oriundas de Concessão de Direito Real de Uso.





	2012	2011
Descontos concedidos	22	131
PIS/COFINS sobre demais receitas	29.243	46.092
Perdas no recebimento de créditos	10.113	1.018.798
Indenização a clientes	-	141.362
TOTAL	39.378	1.206.384

NOTA 24 - CAPITAL SOCIAL

Em dezembro de 2012, o capital social de R\$ 26.814.710, é formado por 94,87% em ações ordinárias e 5,12% em ações preferenciais sem valor nominal, cuja composição acionária é a seguinte:

Governo Federal (92,6%); CONAB (7,05%); BDMG (0,21%); Outros (0,14%).

NOTA 25 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Em 2012, houve ajustes de exercícios anteriores no período de R\$ 47.204. A Companhia tinha registrado em dezembro de 2011 o valor de R\$ 121.757 na conta de INSS a Compensar relativo ao recolhimento de INSS efetuado e incluído indevidamente no REFIS, cujo processo administrativo foi determinado em 12/09/2012 através do Despacho Decisório nº 1.135/ DRF/BHE, onde foi reconhecido o direito creditório de R\$ 74.552,79. Esse valor foi utilizado na compensação de débitos da Companhia. A diferença de R\$ 47.204 registrada e não reconhecida pelo INSS foi contabilizada em prejuízos de exercícios anteriores.

NOTA 26 - DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

Os saldos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 se referem às despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras, conforme demonstramos abaixo:

	2012	2011
Despesas Financeiras	(529.787)	(597.869)
Juros pagos ou incorridos	205.821	554.102
Multas dedutíveis e indedutíveis	304.489	23.268
Comissões, despesas bancárias e outras	19.477	20.500
Receitas Financeiras	146.421	413.294
Taxa de Permanência	104.846	157.937
Apropriação de juros e multas	35.689	81.134
Renda de aplicação financeira	5.886	104.975
Variação Monetária Ativa	-	69.248
Total	(383.366)	(184.576)



Em 2012, os juros contabilizados foram devidos principalmente sobre os Parcelamentos, sendo: R\$ 134.166 sobre a dívida da Lei 11.941/2009; R\$ 21.064 dos contratos de parcelamentos com fornecedor; R\$ 9.338 do Parcelamento Previdenciário e R\$ 5.756 do Parcelamento Não Previdenciário e o restante são juros sobre recolhimentos de impostos em atraso no decorrer do ano.

As multas contabilizadas são oriundas principalmente dos Parcelamentos Previdenciários: R\$ 115.898 e Não Previdenciários: R\$ 75.884 e o restante sobre os recolhimentos de impostos em atrasos no exercício.

NOTA 27 - DOS RESULTADOS

Em 2012 causou impacto negativo no Resultado do Exercício principalmente o montante de R\$ 3.182.978, sendo: R\$ 3.219.873 proveniente de contingências trabalhistas e cíveis menos a reversão de provisão de contingências: R\$ 36.895 (nota 19) registradas nas Despesas Administrativas, e ainda as despesas com depreciação de R\$ 3.055.620 registradas em Custos Operacionais e Despesas Administrativas.

NOTA 28 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS

Os valores da maior e menor remuneração dos Administradores da Companhia são R\$ 9.744 e R\$ 5.300 respectivamente, e dos empregados são R\$ 9.357 e R\$ 622, respectivamente.

A handwritten signature in blue ink, appearing to be "F. M.", is located in the bottom right corner of the page.

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA AUDITORIA

Concluídos nossos exames das demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – CASEMG** correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

1. CONTROLES CONTÁBEIS INTERNOS.

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, de acordo com a extensão que os trabalhos de auditoria independente requerem, de acordo com as normas de auditoria, cujos aspectos abordados estão devidamente considerados neste relatório circunstanciado.

Observamos ainda os procedimentos no tocante ao cumprimento da Legislação Pública e Normas Brasileiras de Contabilidades, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade.

Ressaltamos que os trabalhos executados por meio de provas seletivas, testes e amostragens não têm a propriedade de revelar todas as eventuais deficiências do sistema de controles internos, portanto, o presente relatório não constitui garantia da inexistência de erros ou imperfeições.

2. BANCOS

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os extratos e as conciliações bancárias, a saber:

Banco/Cidade	Conta corrente	Saldo Razão	Saldo Extrato	Diferença
Banco do Brasil	25501-7	6.012,56	6.012,56	0,00
Caixa Econômica Federal	50032-1	4.773,89	4.773,89	0,00
Banco Itaú - Sede	00698-5	258.823,30	258.748,30	75,00
Banco Itaú - Sede	00730-6	178.964,00	178.964,00	0,00
Banco Itaú - Nutem	02070-5	781,18	781,18	0,00
Itaú - alfenas	30449-9	390,54	390,64	-0,10
Itaú - Araguari	31799-0	40,01	120,02	-80,01
Itaú - C. Alagoas	04260-9	624,30	735,15	-110,85
Itaú - Frutal	15718-5	1.206,82	1.206,82	0,00
Itaú - Ituiutaba	32040-1	645,76	813,57	-167,81
Itaú - Monte Carmelo	01247-4	146,44	-	146,44



Banco/Cidade	Conta corrente	Saldo Razão	Saldo Extrato	Diferença
Itaú - Paracatu	00507-4	333,16	353,16	-20,00
Itaú - Passos	00503-4	354,72	-	354,72
Itaú - Patrocínio	23213-6	2.884,49	3.471,99	-587,50
Itaú - Sacramento	00744-8	18,11	32,41	-14,30
Itaú - Tupaciguara	00563-1	2.234,50	2.234,43	0,07
Itaú - Uberaba	00549-9	59,54	59,56	-0,02
Itaú - Nucop	10322-5	521,78	521,78	0,00
Itaú - Uberlândia	02006-9	22,52	22,52	0,00
Itaú - Unaí	14850-0	217,23	253,23	-36,00
B.B. - Bonfinópolis	05909-9	353,40	418,40	-65,00
B.B. - Buritis	04525-X	154,59	154,59	0,00
B.B. - Capinópolis	75934-1	15,70	15,71	-0,01
B.B. - Sta. Vitória	09988-0	103,93	103,93	0,00
Itaú - Patos de Minas	06036-9	525,37	525,38	-0,01
TOTAL		460.207,84	460.713,22	-505,38

2.1 As diferenças apuradas, referem-se a cheques emitidos e não descontados no banco até 31.12.2012.

2.2 Os lançamentos pendentes na conciliação bancária não possuem descrição tais como tipo de documento (Cheque, aviso de débito, aviso de crédito, etc.), nome, valor, data emissão de cada cheque etc.

2.3 Existe uma pendência de R\$ 14,30, relativo ao cheque nr. 1116 do Banco Itaú S.A. Ag. 3140, na cidade de Sacramento, emitido em 30/09/2011 e até o presente momento não foi descontado.

2.4 Algumas contas apresentaram diferença de centavos

Recomendamos que as conciliações sejam mais detalhadas e que as pendências sejam revistas periodicamente, e que todas as diferenças sejam apuradas.

3. CAIXAS

A conta Caixa apresentou um saldo de R\$ 107,36, a saber:



Filial		Valor
Uberlândia		57,36
Patrocínio		50,00
Total		107,36

De acordo com a Circular no. 001/2012 - GEFIN de 3/12/2012, e em cumprimento ao item 4.9 da INF-01 - Fundo Fixo, todas as Unidades de Armazenamento deveriam depositar obrigatoriamente em conta corrente da própria unidade ou Núcleo, o saldo existente em caixa no ultimo dia útil bancário do exercício (28/12/2012).

Recomendamos que a fiscalização seja mais rígida junto às unidades, e que as normas sejam rigorosamente cumpridas.

4. ALMOXARIFADO

Confrontamos o saldo contábil com os registros auxiliares e não constatamos divergências, a saber:

Data	Histórico	Débito	Crédito	Saldo
	Saldo em 31/12/2011			176.825,21
31/01/12	Transf. de material Almox. NFs		4.712,36	172.112,85
28/02/12	Transf. de material Almox. NFs		3.217,50	168.895,35
30/04/12	Transf. de material Almox. NFs		46,72	168.848,63
31/05/12	Transf. de material Almox. NFs		30.092,00	138.756,63
30/06/12	Transf. de material Almox. NFs		8.190,00	130.566,63
31/07/12	Transf. de material Almox. NFs		18,15	130.548,48
31/08/12	Transf. de material Almox. NFs		15.015,00	115.533,48
30/09/12	Transf. de material Almox. NFs		8.190,00	107.343,48
31/10/12	Transf. de material Almox. NFs		15.788,70	91.554,78
	Transf. de material Almox. NFs		0,00	91.554,78
31/12/12	Transf. de material Almox. NFs		916,84	90.637,94
Composição do saldo em 31/12/12				Valor
Materiais em estoque no almoxarifado (Relatório da Nutem)				90.637,94
TOTAL				90.637,94



5. FORNECEDORES

Confrontamos o razão contábil com os relatórios auxiliares e não constatamos divergência, e abaixo relacionamos os principais fornecedores:

Fornecedor	Unidade	Valor - R\$
UNIMED Seguros Saúde S/A	Sede	62.141,73
CEMIG Distribuição S.A.	Uberlândia	24.332,39
Sind. Trab. Na Mov.de Merc. em Geral	Capinópolis	16.101,65
Sind. Trab. Mov. Merc. Uberlândia	Uberlândia	13.927,14
Sind. Trab. Mov. Merc. em Geral Patrocínio	Patrocínio	13.727,20
TOTAL FORTE Segurança e Vigilância Ltda.	Patos de Minas	12.102,70
TOTAL FORTE Segurança e Vigilância Ltda.	Uberlândia	11.830,73
TOTAL FORTE Segurança e Vigilância Ltda.	Monte Carmelo	11.694,74
Sind. Trab. Mov. Merc. Uberlândia	Uberlândia	11.178,94
CEMIG Distribuição S.A.	Paracatu	10.836,00
CEMIG Distribuição S.A.	Unaí	10.805,76
Sindicato Mov.Merc.Geral Paracatu	Paracatu	10.196,24
CEMIG Distribuição S.A.	Unaí	9.814,51
Sind. Trab. Mov. Merc. Uberlândia	Uberlândia	9.218,83
CEMIG Distribuição S.A.	Monte Carmelo	8.457,55
Sindicato Mov.Merc.Geral Paracatu	Unaí	8.353,94
Sind. Trab. Mov. Merc. Uberlândia	Conceição das Alagoas	7.962,68
TOTVS S/A	Sede	7.800,00
CEMIG Distribuição S.A.	Paracatu	7.533,76
TELEMAR Norte Leste S/A	Sede	7.098,58
Sind. Trab. Mov. Merc. Uberlândia	Conceição das Alagoas	6.805,47
TOTAL FORTE Segurança e Vigilância Ltda.	Patrocínio	6.259,41
Sindicato Mov.Merc.Ger. Araguari	Araguari	6.030,36
Sind. Trab. Mov. Merc. Uberlândia	Uberaba	5.906,22
Sind. Trab. Mov. Merc. Uberlândia	Ituiutaba	5.189,04
CEMIG Distribuição S.A.	Patrocínio	5.109,02
Demais Fornecedores		127.931,95
Total		438.346,54



6. DUPLICATAS A RECEBER

Confrontamos o saldo contábil com os relatórios auxiliares e não constatamos divergências, a saber:

UNIDADES ARMAZENADORAS	POSIÇÃO EM 2012
Alfenas	-
Araguari	84.033
Bonfinópolis	1.533
Buritiz	70.000
Capinópolis	119.934
Centralina	-
Conceição das Alagoas	38.567
Frutal	8.486
Ituiutaba	92.009
Monte Carmelo	101.677
Paracatu	65.896
Passos	-
Patos de Minas	52.538
Patrocínio	179.735
Sacramento	-
Santa Vitória	5.059
Tupaciguara	3.592
Uberaba	32.475
Uberlândia	105.172
Unai	-
TOTAL	960.706

7. ADIANTAMENTO P/DESPESAS DE VIAGEM

Confrontamos o saldo contábil de adiantamentos de viagem com o relatório auxiliar analítico, a saber:



Data	Nome	Histórico	Valor - R\$
23/11/12	Marcos Tadeu Righi Rodrigues	Adiantamento para viagem	705,00
26/11/12	Fausto Olivalves Bevilacqua	Adiantamento para viagem	92,25
05/12/12	Fausto Olivalves Bevilacqua	Adiantamento para viagem	131,00
14/12/12	Fausto Olivalves Bevilacqua	Adiantamento para viagem	620,00
14/12/12	Fausto Olivalves Bevilacqua	Adiantamento para viagem	1.010,00
14/12/12	Fausto Olivalves Bevilacqua	Adiantamento para viagem	810,30
18/12/12	Fausto Olivalves Bevilacqua	Adiantamento para viagem	290,00
27/12/12	Fausto Olivalves Bevilacqua	Adiantamento para viagem	500,00
	Total		4.158,55

7.1 Constatamos adiantamentos efetuados, sem que o adiantamento anterior tenha sido liquidado.

De acordo com a ING no. 09, artigo 5, item 5.4. "Em nenhuma hipótese poderá ser liberado novo adiantamento, pela área competente, sem que haja prestação de contas referente ao último APV".

7.2 Constatamos adiantamentos vencidos a mais de 5 (cinco) dias.

De acordo com a ING no. 09, Artigo 11, PRESTAÇÃO DE CONTAS – PC, item 11.1. A Prestação de Contas - PC terá que ser encaminhada à GEFIN no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após o retorno do empregado ao seu local de lotação.

a) Caso o prazo acima não seja cumprido, a GEFIN deverá notificar o funcionário para proceder à reposição do numerário no prazo máximo de 2 dias, sob pena de Procedimento Administrativo e reposição do débito, sem prejuízo de outras penalidades.

Recomendamos que as Instruções Normativas sejam cumpridas e fiscalizadas

8. TESTE DE IMPAIRMENT

O Teste de Impairment (verificação anual sobre os valores do ativo imobilizado em relação ao valor de mercado) sobre imobilizado não foi efetuado em 2012. O Ativo Imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os intangíveis, deverão ser revistos no exercício de 2013, para identificar eventuais perdas ou valor contábil que não pode ser recuperável. (Lei nº 11.638/07, artigo 173, § 3º; Resolução CFC 1.315/10 e CPC 01).



O Valor recuperável de um ativo, ou seja, sua capacidade em trazer benefícios econômicos para a empresa equivale ao maior preço apurado entre o seu **Valor Líquido de Venda** e o seu **Valor em Uso**.

De acordo com o CPC 01 (R1), o **Valor Líquido de Venda** é definido a partir da formalização de um preço, através de contrato de venda, que envolva partes interessadas, deduzindo-se todos os custos de venda diretamente atribuíveis.

O **Valor em Uso** define-se como o valor estimado dos fluxos de caixa futuros esperados, trazidos a valor presente por meio de uma taxa de desconto. Assim, sempre quando ocorrer de o valor recuperável de um ativo estar menor que o valor contábil, deve-se reconhecer perda por *impairment* em suas demonstrações.

Ainda conforme o CPC 01 (R1), em avaliações posteriores, se for constatado que uma perda reconhecida em períodos anteriores diminuiu ou não existe mais, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), deve ser feita a reversão da perda por desvalorização, refletindo em um aumento do potencial do ativo. A reversão não pode ultrapassar o valor contábil do ativo caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida anteriormente.

Recomendamos que no exercício de 2013 a Administração da companhia efetue o "teste de impairment" conforme determinam as normas contábeis.

9. CONCLUSÃO

Com base nos procedimentos de auditoria independente e nas verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos da **COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG**, e com base nos documentos por nós inspecionados, somos de opinião que, as informações estão subsidiadas em documentos, informações, procedimentos e registros considerados satisfatórios, exceto pelas ocorrências descritas neste relatório.

O cumprimento do Manual de Normas de controles internos na sua forma completa pode contribuir para a melhoria e consistência das informações contábeis e públicas. Por isso recomendamos que esforços sejam direcionados para a implantação de sistemas informatizados integrados, para garantir um dos pilares da Governança Pública.





Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.



CRC2SP023856/O-1

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Roberto Araújo de Souza", with a long horizontal flourish extending to the right.

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA
CTCRC1SP242826/O-3 "S" MG

A small, handwritten signature in blue ink, appearing to be a stylized "RA" or similar initials, with a horizontal flourish.